



36838144



08129.005958/2026-08



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Esplanada dos Ministérios Bl. T, Ed. Sede, Sala 208, - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP
70064-900
Telefone: (61) 2025-7201 / 7203 e Fax: @fax_unidade@ - www.gov.br/mj/pt-br

PLANO DE TRABALHO TED Nº 19/2026**1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA****1.1. Unidade Descentralizadora e Responsável**

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a):	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos.
Nome da autoridade competente:	Ana Luiza Villela de Viana Bandeira
Matrícula funcional:	n.º 3324059
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	Coordenação Geral de Justiça Étnico-Racial na Política sobre Drogas
Identificação do Ato que confere poderes para assinatura:	Portaria SE/MJSP Nº 1.411, de 25 de novembro de 2021, alterada pela Portaria SE/MJSP Nº 1.598, de 20 de outubro de 2023 e Portaria nº 303 da Casa Civil, publicada no D.O.U de 09/01/2023, nº 6-B, Edição Extra, Seção 2, página 1 c/c Portaria 1.084/2024 PORTARIAS DE PESSOAL SE/MJSP
1.2. UG SIAFI	
Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito:	200246/00001, FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	200246/00001, FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS
--	---

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

2.1. Unidade Descentralizada e Responsável	
Nome do órgão ou entidade descentralizada:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR
Nome da autoridade competente:	Adriano Willian da Silva Viana Pereira
Número de matrícula funcional:	1651087
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED:	Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Paraná - IFPR - Reitoria
Identificação do Ato que confere poderes para assinatura:	Decreto Presidencial de 6 de fevereiro de 2024. Publicado no DOU em 07/02/2024. Edição 27. Seção 2. Página 1.
2.2. UG SIAFI	
Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito:	158009 – Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Paraná – Reitoria
Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED:	158009 – Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Paraná – Reitoria

3. OBJETO

O presente projeto visa à implementação do PRONASCI Juventude, com o objetivo de promover ações integradas de segurança pública e cidadania voltadas ao atendimento de jovens e adolescentes. A iniciativa será desenvolvida em diferentes municípios do Estado do Paraná, buscando fortalecer políticas públicas de prevenção à violência, inclusão social e desenvolvimento de habilidades socioemocionais e para o mundo do trabalho.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED

Visando a execução do objeto supracitado, são propostas as metas e os objetivos a seguir no âmbito do TED em questão.

META 1: ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO PROJETO E PESQUISA/ESTUDO PARA SUBSIDIAR A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO PRONASCI JUVENTUDE NO ESTADO DO PARANÁ.

Para o gerenciamento administrativo, financeiro e operacional do projeto, será contratada uma fundação de apoio, regularmente constituída e habilitada, que atuará como entidade gestora responsável pela administração dos recursos, pela execução dos procedimentos administrativos necessários, pelo acompanhamento da execução física e financeira das ações, bem como pelo suporte técnico e gerencial às atividades previstas, em estrita observância às normas legais e regulamentares aplicáveis, aos princípios da administração pública e às diretrizes estabelecidas pelos partícipes.

*Para a equipe que atuará na **Equipe Regional** serão designadas/selecionadas as seguintes funções: 1) **Coordenador Regional**; 2) **Supervisor Territorial** (equivale internamente ao Coordenador Territorial); 3) **Supervisor de Monitoramento** (equivale internamente ao Coordenador de Monitoramento); 4) **Supervisor pedagógico** (equivale internamente ao Coordenador Pedagógico); 5) **Assistente Adjunto Financeiro** (equivale internamente ao Coordenador Financeiro); 6) **Assistente Adjunto Administrativo** (corresponde internamente ao Coordenador Administrativo da Regional); 7) **Assistente de Comunicação** (equivale internamente ao Coordenador de Comunicação); 8) **Assistente de Supervisão Territorial** (equivale internamente ao Coordenador de Supervisão Territorial); 9) **Assistente da Supervisão do Monitoramento e Avaliação**; 10) **Apoio Administrativo Regional**; 11) **Estagiário** (Comunicação e outros).*

*Na **Equipe de Articulação Local**, serão designadas/selecionadas as funções a seguir: 1) **Coordenador Local**; 2) **Pedagogo Local** (equivale internamente ao Coordenador Pedagógico Local); 3) **Apoio Administrativo Local**; e 4) **Articulador Territorial** (equivale internamente ao Coordenador de Relações Territoriais). Cada município indicado no Plano de Trabalho contará com uma equipe de articulação local.*

*A **Equipe de Acompanhamento**, serão designadas/selecionadas as seguintes funções: 1) **Educador Jurídico**; 2) **Assistente Social**; 3) **Psicólogo**; e 4) **Agente Redutor de Danos**. Cada município indicado no Plano de Trabalho contará com uma equipe de acompanhamento local.*

*Para a oferta de **Oficinas e Cursos FIC** aos jovens e adolescentes participantes do projeto, ainda serão selecionados Oficineiros e Docentes para atuar junto às atividades.*

Etapas 1: Contratação da Fundação de Apoio para a prestação de apoio administrativo ao IFPR na execução do Projeto de Extensão PRONASCI Juventude.

Atividade 1.1.1: Abertura do processo e elaboração dos documentos necessários para formalização da contratação.

Atividade 1.1.2: Definição das cláusulas contratuais pelas partes envolvidas.

Atividade 1.1.3: Formalização do Contrato.

Etapas 2: Designação pelo IFPR da equipe regional.

Atividade 1.2.1: Processo de indicação, seleção e contratação dos profissionais para atuarem na equipe regional.

Atividade 1.2.2: Treinamento e formação da equipe regional para início das atividades do programa, bem como seleção e gestão das equipes territoriais.

Etapas 3: Designação e treinamento das equipes territoriais.

Atividade 1.3.1: Processo de indicação, seleção e contratação dos profissionais para atuarem nas equipes territoriais.

Atividade 1.3.2: Treinamento e formação da equipe territorial para a atuação nos territórios.

Produto 1 da Meta 1: Relatório da estruturação administrativa.

Produto 2 da Meta 1: Relatório formativo das equipes Regional e Territoriais.

-

META 2: TERRITORIALIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DO PRONASCI JUVENTUDE

Para a implantação do programa nas comunidades, serão lançados esforços para a adequação das metas e etapas à realidade dos territórios, visando o acolhimento dos jovens e adolescentes a serem atendidos pelo projeto.

Etapas 1: Definição dos territórios para atuação junto ao PRONASCI Juventude no Estado do Paraná.

Atividade 2.1.1: Seleção dos territórios prioritários a partir da lista do PRONASCI II atualizada.

Atividade 2.1.2: Articulação territorial e levantamento de potenciais capacidades técnicas para a execução do PRONASCI Juventude.

Atividade 2.1.3: Definição dos territórios do Projeto.

Etapas 2: Mapeamento dos municípios contemplados.

Atividade 2.2.1: Mapeamento da incidência de crimes violentos letais intencionais, preferencialmente por meio do georreferenciamento dos pontos de maior incidência de homicídios, mapeamento da presença do crime organizado nos municípios.

Atividade 2.2.2: Mapeamento de outros indicadores relevantes nos municípios, tais como índices de vulnerabilidade juvenil, taxa de abandono escolar, taxa de violência contra mulheres, taxa de internações por álcool e outras drogas, índices de desenvolvimento humano, dentre outros.

Atividade 2.2.3: Mapeamento dos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (liberdade assistida ou prestação de serviços comunitários) nos municípios.

Produto 1 da meta 2: Municípios mapeados e relatório das informações coletadas (Plano de territorialização).

Etapas 3: Escuta e participação social na construção do projeto pela equipe local e coordenadores (geral, adjuntos e local).

Atividade 2.3.1: Visitas institucionais às secretarias municipais envolvidas.

Atividade 2.3.2: Identificação de espaços para realização das atividades do projeto.

Atividade 2.3.3: Mapeamento de lideranças comunitárias e organizações da sociedade civil do território atendido.

Atividade 2.3.4: Realização de escutas participativas.

Atividade 2.3.5: Sistematização e adequação da proposta de intervenção.

Produto 2 da meta 2: Plano de Ação incluindo a sistematização das sugestões do território, com a definição de cronograma, a metodologia das atividades, o sistema de monitoramento e execução das etapas.

Produto 3 da meta 2: Relatório analítico contendo histórico do território em relação a projetos com juventude, levantamento de dados das visitas realizadas, mapeamento da rede de Educação, Saúde, Assistência Social e demais setores relevantes, bem como a identificação das lideranças locais que possam contribuir com o desenvolvimento no alcance dos objetivos do Projeto.

Etapas 4: Pactuação institucional e comunitária nos territórios

Atividade 2.4.1: Articulação com gestores municipais e serviços locais (educação, assistência social, saúde, sistema socioeducativo), organizações da sociedade civil, movimentos sociais e lideranças comunitárias.

Atividade 2.4.2: Pactuação dos fluxos de encaminhamento e acompanhamento dos jovens.

Produto 4 da meta 2: Relatório de articulação com a rede de proteção social.

Etapas 5: Planejamento das oficinas e cursos de qualificação profissional e acompanhamento multidisciplinar.

Atividade 2.5.1: Plano pedagógico das escolhas dos temas das oficinas e cursos de qualificação profissional.

Atividade 2.5.2: Mobilização inicial para as oficinas de arte, cultura, esporte e lazer, entre outros;

Atividade 2.5.3: Aquisição de materiais de consumo para realização das atividades.

Atividade 2.5.4: Aquisição de equipamentos tecnológicos e serviços de telefonia e internet móvel para apoio das ações de acompanhamento multidisciplinar.

Atividade 2.5.5: Seleção e contratação dosicineiros e docentes dos cursos de qualificação profissional.

Atividade 2.5.6: Realização de curso de formação dosicineiros e docentes dos cursos.

Produto 5 da meta 2: Plano pedagógico das atividades de mobilização nos territórios e oferta de oficinas e cursos de qualificação profissional.

META 3: SELEÇÃO E INSERÇÃO DOS ADOLESCENTES E JOVENS

Nesta fase serão realizados os processos de seleção dos adolescentes e jovens a serem atendidos pelas oficinas e cursos de qualificação profissional.

Etapas 1: Definição de critérios e estratégia de seleção

Atividade 3.1.1: Definição dos critérios de elegibilidade dos adolescentes e jovens, de acordo com a metodologia da Política Pública recomendada pela SENAD.

Atividade 3.1.2: Definição das estratégias de busca ativa e encaminhamento.

Atividade 3.1.3: Elaboração do processo das inscrições.

Produto 1 da meta 3: Relatório contendo os critérios e estratégia de seleção definidos.

Etapas 2: Processo de seleção e ingresso dos participantes

Atividade 3.2.1: Disseminação e comunicação comunitária sobre às inscrições.

Atividade 3.2.2: Busca ativa e articulação com serviços públicos.

Atividade 3.2.3: Seleção dos adolescentes e jovens.

Atividade 3.2.4: Comunicação com os adolescentes e jovens selecionados.

Atividade 3.2.5: Cadastro da documentação para recebimento das bolsas.

Atividade 3.2.6: Inserção dos participantes nos cursos e oficinas promovidos.

Produto 2 da meta 3: Relatório do processo de ingresso dos 500 adolescentes e jovens no PRONASCI Juventude, sendo 100 a serem atendidos em Curitiba; 100 em Foz do Iguaçu; 100 Guaíra; 100 em Londrina; e 100 em Paranavaí.

META 4: EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE ACOLHIMENTO E DE DESENVOLVIMENTO

Oferta das Oficinas e Cursos de Qualificação Profissional voltadas aos jovens e adolescentes atendidos pelo projeto.

Etapa 1: Acompanhamento multidisciplinar

Atividade 4.1.1: Atendimento individual.

Atividade 4.1.2: Monitoramento da situação educacional e social dos participantes.

Produto 1 da meta 4: Plano de acompanhamento dos participantes implementado.

Etapa 2: Oficinas e ações coletivas

Atividade 4.2.1: Realização de oficinas integrativas e pedagógicas.

Atividade 4.2.2: Ações de fortalecimento de vínculo entre o projeto e os jovens e adolescentes.

Produto 2 da meta 4: Criação de vínculo e adesão dos adolescentes e jovens ao projeto.

Etapa 3: Cursos de qualificação profissional

Atividade 4.3.1: Realização dos cursos de formação inicial continuada e/ou qualificação profissional.

Produto 3 da meta 4: oferta de curso para os 500 jovens e adolescentes participantes do projeto.

META 5: MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Nesta meta do projeto será realizado o monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas nos territórios.

Etapa 1: Monitoramento da política pública

Atividade 5.1.1: Implantar ferramentas de monitoramento do projeto.

Atividade 5.1.2: Coleta de dados.

Atividade 5.1.3: Sistematização dos dados.

Produto 1 da meta 5: Relatório de monitoramento segundo os indicadores do projeto, previstos no Manual de monitoramento do PRONASCI Juventude Nacional.

Etapa 2: Avaliação dos resultados

Atividade 5.2.1: Análise dos resultados alcançados.

Atividade 5.2.2: Sistematização da experiência.

Produto 2 da meta 5: Relatório analítico e de sistematização do projeto segundo os indicadores do projeto, previstos no Manual de monitoramento do PRONASCI Juventude Nacional.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED

5.1. VIOLÊNCIAS ASSOCIADAS AOS MERCADOS ILEGAIS DE DROGAS NO BRASIL

De acordo com o Atlas da Violência 2025:

A morte violenta é a principal causa de óbito de jovens entre 15 e 29 anos no Brasil. Em 2023, 34% das mortes de jovens no país foram consequência de homicídios. Do total de 45.747 homicídios registrados no Brasil em 2023, 47,8% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos. 21.856 jovens tiveram suas vidas ceifadas prematuramente, o que corresponde a uma média de 60 jovens assassinados por dia no país. Considerando a série histórica dos últimos onze anos (2013-2023), foram 312.713 jovens vítimas da violência letal no Brasil. (CERQUEIRA, D. e BUENO, S. (coord.) Atlas da Violência 2025. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025, p. 26).

No mesmo sentido, o 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública indicou também que “no recorte por idade, observa-se que 48,5% das vítimas de Mortes Violentas Intencionais em 2024 eram jovens de até 29 anos” (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025, p. 36).

Paralelamente às elevadas taxas de letalidade violenta das juventudes no país, o crime organizado representa um dos principais desafios à segurança pública. O Brasil tem sido palco de disputas entre pelo menos 72 facções criminosas, que têm no narcotráfico uma das principais fontes de seu poder econômico (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024, p. 264).

Não é possível analisar ou enfrentar os problemas da violência letal no Brasil e da criminalidade organizada de forma dissociada da política sobre drogas. Ao contrário, a literatura internacional destaca diversos mecanismos causais que associam a prevalência de drogas à violência. Em especial, merecem atenção os fatores sistêmicos, que se relacionam à **interação entre o proibicionismo e a coerção do Estado para suprimir o mercado de drogas**:

Dentro desse canal causal, várias dimensões coexistem. Em primeiro lugar há as disputas violentas por mercado entre os narcotraficantes. Adicionalmente, o uso da violência funciona como um meio para granjear reputação no mercado ilegal e ainda como instrumento para retaliação e para disciplinar comportamentos desviantes e tentativas de fraudes por integrantes das “firmas do narcotráfico”. Por outro lado, há também a violência levada a cabo pelo próprio Estado, que pode fazer vítimas que participam ou não do mercado ilegal, como os inúmeros casos de crianças inocentes mortas pela polícia nas favelas cariocas. Por fim, há efeitos indiretos sistêmicos que contribuem para o aumento da violência. Benson e Rasmussen (1991) arguem que a alocação de recursos policiais para coibir as atividades do tráfico de drogas faz com que menos recursos sejam orientados para prevenir e controlar outros tipos de crime, fazendo diminuir a probabilidade de aprisionamento e prevenção para outros tipos de crime (CERQUEIRA, 2024, p. 8). Resumidamente, **a literatura especializada ao mesmo tempo em que documenta uma frágil relação causal entre o consumo de drogas e violência, via efeitos psicofarmacológicos e de compulsão econômica, imputa ao proibicionismo das drogas, via mecanismo sistêmico, a esmagadora maioria de crimes violentos associados ao tema** (CERQUEIRA, D. e BUENO, S. (coord.). Atlas da violência 2024. Brasília: Ipea/FBSP, 2024, pp. 113-114). Grifamos.

O projeto PRONASCI Juventude, uma política desenvolvida pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SENAD/MJSP) em

2023, surge em resposta aos fatores sistêmicos que comprometem o direito à vida e à segurança das juventudes brasileiras, no contexto da atual política sobre drogas adotada no Brasil. O projeto tem como objetivo geral prevenir as violências associadas aos mercados ilegais de drogas, por meio de ações que favoreçam o desenvolvimento social e comunitário ampliem o acesso à educação formal e à qualificação profissional e fortaleçam redes de proteção social para as juventudes. Para tanto, busca reduzir fatores de risco relacionados ao aliciamento de jovens pelo crime organizado ou à letalidade violenta deste público.

Dentre as ofertas do PRONASCI Juventude estão: oficinas pedagógicas centradas no protagonismo juvenil e no fortalecimento comunitário, acompanhamento multidisciplinar dos atendidos, estratégias de elevação da escolaridade e qualificação profissional em parceria com o Ministério da Educação. Além disso, é oferecido auxílio financeiro para garantir adesão dos jovens ao projeto. A abordagem de redução de danos, voltada à promoção da saúde integral e da convivência pacífica nos territórios atendidos, é também um aspecto metodológico central na implementação da política.

Espera-se, assim, com a implementação do PRONASCI Juventude, promover a melhoria dos indicadores de acesso e permanência escolar, ampliar as oportunidades de inserção profissional e produtiva, reduzir a exposição de adolescentes e jovens às dinâmicas de violência e criminalidade e fortalecer as redes comunitárias de proteção social.

5.2. PRONASCI JUVENTUDE: UMA EXPERIÊNCIA PIONEIRA DE DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO

O Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI 2, instituído pelo Decreto Presidencial n.º 11.436/2023 e fundamentado na Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, integra políticas de segurança pública e desenvolvimento social em territórios de alta vulnerabilidade. O Programa prioriza a prevenção da criminalidade e a promoção da cidadania, segundo os seguintes eixos prioritários:

Art. 3º São eixos prioritários do Pronasci 2:

- I - fomento às políticas de enfrentamento e prevenção de violência contra as mulheres;
- II - fomento às políticas de segurança pública, com cidadania e foco em territórios vulneráveis e com altos indicadores de violência;
- III - fomento às políticas de cidadania, com foco no trabalho e no ensino formal e profissionalizante para presos e egressos;
- IV - apoio às vítimas da criminalidade; e
- V - combate ao racismo estrutural e aos crimes decorrentes.

Parágrafo único. Os eixos prioritários referidos no caput visam contribuir para a consecução das metas e das ações estratégicas do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030, previstas no Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021.

Com apoio na Lei n.º 11.530/2007, o projeto PRONASCI Juventude foi formulado pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (Ministério da Justiça e Segurança Pública) como uma ação estratégica voltada à proteção das juventudes em situação de vulnerabilidade sociorracial agravada, residentes em áreas com elevados índices de violência letal e com a presença do crime organizado.

Recentemente, esta política pública foi institucionalizada pelo MJSP por meio da Portaria SENAD n.º 126, de 25 de junho de 2026, que prevê:

Art. 1º Esta portaria dispõe sobre o PRONASCI Juventude, política pública de caráter permanente voltada à prevenção da criminalidade e das violências associadas aos mercados ilegais de drogas.

Art. 2º O PRONASCI Juventude constitui política pública de prevenção ampliada, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - SISNAD -, orientada à oferta de

alternativas lícitas de desenvolvimento para as juventudes expostas ao aliciamento pelo crime organizado e às dinâmicas violentas dos mercados ilegais de drogas.

Art. 3º O PRONASCI Juventude integra as estratégias nacionais de prevenção do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - SISNAD -, e compõe escopo das ações financiáveis no âmbito do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD.

Art. 4º São objetivos do PRONASCI Juventude:

- I - prevenir o aliciamento das juventudes pelo tráfico de drogas e pelo crime organizado;
- II - prevenir as violências associadas aos mercados ilegais de drogas;
- III - mitigar os impactos desproporcionais da política de drogas sobre as juventudes;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável de territórios e comunidades afetadas pelo tráfico de drogas ilícitas e pelo crime organizado;
- V - fomentar alternativas lícitas de desenvolvimento das juventudes, inclusive por meio da qualificação profissional e da inclusão produtiva.

O projeto se desenvolve sob o marco normativo que orienta as competências da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD/MJSP), estabelecido pela Lei n.º 11.343, de 23 de agosto de 2006, e pelo Decreto n.º 9.671, de 11 de abril de 2019, bem como sob as diretrizes técnicas do PRONASCI 2, instituído pelo Decreto n.º 11.436, de 15 de março de 2023.

Como exposto, trata-se de uma política de oferta de alternativas às juventudes, que busca incidir sobre fatores sistêmicos de vulnerabilização de jovens em comunidades impactadas pelo crime organizado, ao mesmo tempo em que fortalece o desenvolvimento social e comunitário como estratégia de redução da oferta de drogas. Seu desenho e formulação encontra inspiração nas experiências internacionais de desenvolvimento alternativo, reconhecidas como eficazes políticas de redução da oferta de drogas. Confirma-se, a respeito do histórico da política, a publicação recém lançada pela SENAD/MJSP: Tô de Boa: Caminhos para uma Política sobre Drogas com Justiça Racial para as juventudes, disponível na página do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/obid/publicacoes>, acesso em 12/11/2025). Cabe destacar, no âmbito da cooperação internacional sobre o problema mundial das drogas, a Resolução n.º 68/196 da Assembleia Geral das Nações Unidas, intitulada Princípios Reitores das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Alternativo, aprovada em 18 de dezembro de 2013 (disponível em: <https://www.gov.br/https://docs.un.org/es/A/RES/68/196>, acesso em 11/11/2025). A citada resolução consolidou a compreensão de que o desenvolvimento alternativo é um importante componente das iniciativas destinadas a promover o desenvolvimento e reduzir a produção de drogas, assim como das políticas de erradicação da pobreza.

Dentre as disposições gerais da Resolução n.º 68/196, a Assembleia Geral da ONU incentiva os estados a adotarem um enfoque integral para os problemas sistêmicos relacionados às políticas sobre drogas:

15)

As políticas de desenvolvimento alternativo, que são um dos meios disponíveis para combater o problema mundial das drogas, devem ser aplicadas junto com iniciativas dos Estados orientadas a fortalecer o Estado de Direito e promover a saúde e a segurança, de maneira que se adote um enfoque integral para enfrentar os problemas que possam considerar os possíveis vínculos entre o tráfico de drogas, a corrupção e as distintas formas de criminalidade organizada e, em alguns casos, o terrorismo. (Resolução n.º 68/196, tradução livre).

Inicialmente aplicado em zonas rurais por meio da substituição de cultivos ilícitos por atividades agrícolas lícitas, a compreensão das políticas de desenvolvimento alternativo evoluiu para a possibilidade de aplicação também em contexto urbano, para proteção das comunidades afetadas pelas atividades do mercado ilegal de drogas.

Merece destaque o seguinte excerto dos Princípios Reitores das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Alternativo:

18)

Os Estados Membros das Nações Unidas, as organizações internacionais, as organizações regionais, os organismos de desenvolvimento, os doadores, as instituições financeiras internacionais e a sociedade civil devem fazer todo o possível, conforme apropriado, para:

g) Adotar medidas concretas para fazer frente à situação das mulheres, crianças, jovens e outras populações em situação de risco, incluídos, em alguns casos, os dependentes de drogas, devido à sua vulnerabilidade e à exploração de que são objeto na economia das drogas ilícitas. (Resolução n.º 68/196, tradução livre).

Nessa perspectiva, adquire relevância para o Brasil a oferta de alternativas de vida para jovens em situação de vulnerabilidade, frequentemente expostos ao risco de aliciamento por organizações criminosas, sobretudo nas grandes periferias urbanas.

Em 2019, a 62ª Sessão da Comissão de Narcóticos (CND) – órgão central de formulação de políticas de drogas no âmbito das Nações Unidas –, realizada em março daquele ano, reforçou na agenda internacional o tema do desenvolvimento alternativo, com a aprovação da Resolução n.º 62/3 (disponível em: https://www.unodc.org/documents/commissions/CND/Drug_Resolutions/2010-2019/2019/CND_Resolution_62_3.pdf, acesso em 11/11/2025), que trata da promoção do desenvolvimento alternativo como estratégia contra as drogas, inclusiva, sustentável e orientada ao desenvolvimento. O texto então aprovado estimula os Estados-membros a buscarem alternativas econômicas para comunidades afetadas pelo cultivo ilícito ou por outras atividades ilícitas relacionadas às drogas, inclusive em áreas urbanas. Assim, a noção de desenvolvimento alternativo expandiu-se para além da concepção original de substituição de cultivos ilícitos, abrangendo também iniciativas voltadas à prevenção de atividades como a manufatura, a produção e o tráfico ilícito de drogas, que impactam de forma significativa comunidades periféricas urbanas.

Também na 64ª Sessão da Comissão de Narcóticos, em 2021, o compromisso internacional com a agenda de desenvolvimento alternativo foi uma vez mais aprofundado, com a aprovação da Resolução n.º 64/2 (disponível em: https://www.unodc.org/documents/commissions/CND/Drug_Resolutions/2020-2029/2021/resolution_64_2.pdf, acesso em 11/11/2025), que trata da promoção do desenvolvimento alternativo como estratégia de controle das drogas orientada ao desenvolvimento, inclusive no contexto da pandemia de coronavírus e de suas consequências. O documento reconhece a necessidade de intensificar esforços nacionais, regionais e internacionais para promover alternativas econômicas viáveis, tanto em comunidades afetadas ou em risco de envolvimento com o cultivo ilícito de plantas psicotrópicas quanto em áreas impactadas pelo fabrico, produção e tráfico de drogas, em contextos urbanos e rurais. Destaca-se, ainda, a orientação para que tais programas de desenvolvimento alternativo assegurem a inclusão e a equidade no acesso aos seus benefícios.

Dessa forma, os esforços da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD/MJSP) vão ao encontro das diretrizes internacionais e endereçam políticas inovadoras, especialmente desenhadas para atender as necessidades das comunidades e populações vulneráveis afetadas por atividades ilegais relacionadas às drogas.

Atualmente, o projeto PRONASCI Juventude é reconhecido como uma experiência pioneira de desenvolvimento alternativo no Brasil, segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, 2025).

5.3. ESCOLHA DOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS NO ESTADO DO PARANÁ

O Estado do Paraná enfrenta desafios significativos no que diz respeito à violência letal entre jovens. Segundo o Atlas da Violência 2025, o Paraná registrou, em 2023, uma taxa de homicídios

de 23,1 por 100 mil habitantes, acima da média nacional, com destaque para a letalidade juvenil: cerca de 50% das vítimas de homicídio no estado tinham entre 15 e 29 anos (Cerqueira, 2025).

Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025 corroboram esse cenário ao indicar que, entre 2022 e 2023, o Paraná apresentou crescimento nas ocorrências de crimes violentos letais e intencionais, em contraste com a tendência de estabilidade ou redução observada em alguns outros estados. Ainda que se observa, em determinados períodos, uma oscilação entre níveis moderados e elevados de violência letal, as taxas permanecem em patamar preocupante para a população jovem.

De acordo com o Atlas da Violência 2025, o Paraná apresentou, em 2023, uma taxa de homicídios em torno de 23,1 por 100 mil habitantes, valor significativamente acima da média nacional, que se manteve em torno de 21,7 por 100 mil no mesmo período. O dado mais alarmante, porém, refere-se à juventude: cerca de 50% das vítimas de homicídio no estado tinham entre 15 e 29 anos, o que demonstra uma forte concentração da violência letal sobre essa faixa etária (Cerqueira, 2025).

Ainda segundo o Anuário, em 2024, o Paraná registrou 2.170 mortes violentas intencionais, o que corresponde a uma taxa de 18,4 por 100 mil habitantes. Em 2023, o número absoluto foi de 2.263 vítimas, com taxa de 19,3 por 100 mil habitantes, indicando uma leve redução de 4,7% entre os dois anos. Destaca-se, ainda, o peso das mortes decorrentes de intervenção policial: em 2024, foram 400 casos no estado, o que representa uma parcela significativa das mortes violentas.

No que diz respeito à violência contra a mulher, o Paraná apresenta uma das maiores taxas de descumprimento de medidas protetivas de urgência do país. Em 2024, a taxa foi de 91,3 casos para cada 100 mil habitantes, ficando atrás apenas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Isso indica fragilidades na proteção de mulheres em situação de violência doméstica

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025 complementa esse quadro ao apontar que, entre 2022 e 2023, o Paraná registrou crescimento de 8,2% no número absoluto de homicídios, enquanto a média nacional apresentou estabilidade. Esse aumento foi impulsionado, em grande medida, pela intensificação das disputas territoriais entre facções criminosas, especialmente nas regiões metropolitanas e em cidades de porte médio do estado. O relatório destaca que, em 2023, ao menos 60% dos homicídios registrados no Paraná estavam diretamente relacionados a conflitos ligados ao tráfico de drogas e à atuação de grupos organizados.

A letalidade policial também cresceu no período, com o Paraná figurando entre os estados com maior número de mortes decorrentes de intervenções policiais por 100 mil habitantes (FBSP, 2025). Esse fenômeno impacta desproporcionalmente jovens negros e moradores de periferias urbanas, que compõem a maioria das vítimas tanto de homicídios comuns quanto de intervenções estatais.

Outro dado relevante é a elevada proporção de jovens vítimas de violência letal em contextos de vulnerabilidade social: mais de 70% dos homicídios de jovens no Paraná ocorreram em bairros com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), onde o acesso à educação, emprego e serviços públicos é limitado. Essa realidade reforça o ciclo de exclusão e atração para dinâmicas do crime organizado (FBSP, 2025b).

O documento também aponta crescimento em registros de crimes como lesão corporal dolosa (de 6.584 em 2023 para 6.803 em 2024, variação de 3,9%) e ameaças (de 76.000 para 84.000, variação de 11,3%), evidenciando a persistência de conflitos interpessoais e violência cotidiana. Já no campo das armas de fogo, o Paraná registrou, em 2024, 1.822 armas apreendidas pelas polícias estaduais, um aumento de 12,9% em relação a 2023. Cabe destacar ainda que a juventude é especialmente afetada: cerca de 50% das vítimas de homicídio no estado têm entre 15 e 29 anos, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à proteção e inclusão social dos jovens (Atlas da Violência 2025, citado no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025, p. 45).

Esses dados demonstram que, apesar de uma leve tendência de queda nos homicídios, o Paraná ainda enfrenta índices elevados de violência letal, especialmente entre jovens, além de desafios importantes no combate à violência de gênero e à circulação de armas de fogo.

O Anuário 2025 também apresenta dados relevantes sobre o tráfico de drogas no Paraná, embora não detalhe especificamente cada cidade portuária ou de fronteira em tabelas municipais. No entanto, é possível extrair informações que permitem compreender o cenário estadual e inferir a importância dessas regiões.

Em 2024, o Paraná registrou 17.383 ocorrências de tráfico de drogas, o que representa uma taxa de 92,9 por 100 mil habitantes, acima da média nacional. O estado está entre os que mais registram ocorrências desse tipo no país, reflexo de sua posição estratégica como corredor de tráfico e contrabando, especialmente em cidades de fronteira e portuárias como Foz do Iguaçu e grandes capitais como Curitiba.

O Anuário também destaca, em outras seções, que o Paraná foi responsável por 36,5% das apreensões nacionais de maconha e cocaína em 2024, com destaque para as regiões de fronteira e portuárias, que funcionam como principais rotas de entrada e distribuição desses ilícitos.

Em relação ao contrabando e mercadorias, o documento não traz tabelas específicas para o Paraná, mas aponta que o estado está entre os principais pontos de apreensão de mercadorias ilícitas, sobretudo nas cidades de fronteira, onde atuam organizações criminosas especializadas no contrabando de cigarros, eletrônicos, agrotóxicos e outros produtos vindos do Paraguai e Argentina.

Além dos indicadores quantitativos, estudos qualitativos e análises de segurança pública apontam a presença e a disputa de facções criminosas no território paranaense como um fator agravante, sobretudo nas periferias urbanas. A atuação de grupos organizados em comunidades vulnerabilizadas contribui para o aliciamento de adolescentes e jovens, seja para o varejo de drogas, seja para outras atividades ilícitas, ampliando sua exposição à violência letal (FBSP, 2025b).

Esse contexto coloca o Paraná como um estado em que a juventude está fortemente impactada pelas dinâmicas da criminalidade organizada e pelo mercado ilegal de drogas. A combinação de altas taxas de homicídio juvenil, expansão de grupos criminosos e vulnerabilidades socioeconômicas cria um ambiente propício ao recrutamento de jovens e ao aumento da letalidade. Portanto, o Paraná não apenas apresenta taxas de homicídio acima da média nacional, mas também evidencia um padrão de concentração da violência letal sobre jovens, especialmente negros e moradores de periferias, em um contexto de expansão do crime organizado e do tráfico de drogas. Esses elementos tornam ainda mais urgente a implementação de políticas públicas como o PRONASCI Juventude, voltadas à prevenção da violência, à ampliação de oportunidades e ao fortalecimento das redes de proteção social para as juventudes mais vulneráveis.

Diante desse cenário, projetos como o PRONASCI Juventude se justificam plenamente no Paraná, ao focar em estratégias de prevenção da violência, ampliação de oportunidades educacionais e profissionais, fortalecimento de redes de proteção social e oferta de alternativas concretas às trajetórias associadas ao crime organizado e aos mercados ilegais de drogas.

A intervenção converte-se, assim, em resposta estruturante a um problema que é, ao mesmo tempo que esses dados, somados ao perfil das cidades portuárias e de fronteira, evidenciam que o tráfico de drogas e o contrabando são fenômenos estruturantes da criminalidade nessas regiões, com impactos diretos sobre os índices de violência, homicídios e atuação de facções. O Anuário reforça que a presença de grandes rotas logísticas e a vulnerabilidade social dessas áreas potencializam a exposição de jovens ao crime organizado, justificando a necessidade de políticas públicas integradas, como o PRONASCI Juventude, para prevenção e proteção social.

Diante do exposto, a atuação estratégica nos municípios paranaenses selecionados permitirá incidir de forma direta e qualificada sobre os principais fatores de risco que afetam adolescentes e jovens no estado, por meio da oferta de alternativas educacionais, formativas, profissionais e comunitárias capazes de interromper ciclos intergeracionais de pobreza, desigualdade e violência. Assim, a execução do projeto no Paraná tende a contribuir de maneira concreta para o fortalecimento da cidadania juvenil, para a prevenção das diversas violências associadas aos mercados ilegais de drogas e para a consolidação de um modelo de desenvolvimento social inclusivo e sustentável. Essa iniciativa alinha-se diretamente às diretrizes do PRONASCI Juventude e reforça o cumprimento, por

parte do Brasil, das obrigações internacionais no campo do desenvolvimento alternativo e da redução das desigualdades, justificando plenamente a priorização do estado do Paraná no âmbito do Programa.

MUNICÍPIO 1: Curitiba

Dados Gerais

Curitiba, capital do Paraná, insere-se em um contexto estadual de violência letal acima da média nacional e de forte concentração da vitimização entre adolescentes e jovens. De acordo com o Atlas da Violência 2025, o estado do Paraná registrou em 2023 uma taxa de 23,1 homicídios por 100 mil habitantes, superior à média do país, e cerca de metade das vítimas tinha entre 15 e 29 anos, evidenciando a centralidade da juventude na dinâmica da letalidade violenta (Cerqueira, 2025). No recorte das capitais, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2025) indica que Curitiba responde por parcela significativa das mortes violentas intencionais do estado, reunindo homicídios dolosos (incluindo feminicídios), latrocínios, lesões corporais seguidas de morte e mortes decorrentes de intervenção policial, o que reforça o peso da capital no quadro geral da violência paranaense.

Em 2024, a cidade registrou 296 mortes violentas intencionais (MVI), o que representa uma taxa de 16,2 por 100 mil habitantes. Esse número representa um aumento de 6,1% em relação a 2023, quando foram registradas 279 mortes violentas intencionais (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2025). Os principais componentes dessas mortes são homicídios dolosos, feminicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte.

No que diz respeito ao tráfico de drogas e à criminalidade organizada, o Anuário não traz dados específicos de apreensão de drogas ou número de ocorrências de tráfico exclusivamente para Curitiba nas páginas consultadas. No entanto, o aumento das mortes violentas na cidade está frequentemente associado à disputa entre facções pelo controle do tráfico de drogas, especialmente em regiões periféricas.

Além disso, Curitiba apresenta índices relevantes de violência contra a mulher. O Paraná, como estado, tem uma das maiores taxas de descumprimento de medidas protetivas de urgência do país, com 91,3 casos por 100 mil habitantes em 2024, o que reflete desafios também na capital. Ainda segundo o Anuário, a apreensão de armas de fogo no estado do Paraná cresceu em 2024, o que indica a presença de armamento ilícito nas dinâmicas de violência urbana, inclusive em Curitiba.

Estudos locais e dados de segurança pública apontam que boa parte desses homicídios em Curitiba está associada direta ou indiretamente ao tráfico de drogas e à atuação de facções em territórios de alta vulnerabilidade social. Pesquisas sobre violência e exclusão socioespacial na Região Metropolitana de Curitiba mostram que áreas com maior concentração de pobreza e ocupações irregulares tendem a concentrar também índices mais elevados de crime e presença do tráfico, fenômeno observado em bairros como Cidade Industrial de Curitiba (CIC), Sítio Cercado, Cajuru e Tatuquara (Fogaça, 2018). Ainda segundo o autor, o perfil das vítimas acompanha esse padrão: a imensa maioria dos mortos em Curitiba são homens jovens, em sua maior parte residentes de periferias urbanas.

Em determinados períodos analisados, aproximadamente 70% das vítimas de homicídio na capital e região metropolitana tinham entre 15 e 35 anos, com predominância de moradores de bairros populares marcados por vulnerabilidade socioeconômica e forte presença de pontos de venda de drogas. Nesses territórios, a combinação de baixa renda, precariedade de serviços públicos, escolarização interrompida, ausência de oportunidades de trabalho e domínio de grupos criminosos cria um contexto de alto risco para o aliciamento de adolescentes e jovens, tanto para o varejo de drogas quanto para outras atividades ilícitas associadas (furtos, roubos etc.)

Levantamentos da Delegacia de Homicídios ao longo dos últimos anos, estima-se que entre 70% e 75% dos homicídios na capital mantenham algum vínculo com o mercado de drogas – seja por disputas territoriais entre grupos, seja por “acerto de contas”, execuções de usuários inadimplentes ou conflitos internos às redes de comércio ilícito.

Em síntese, a situação de Curitiba caracteriza-se por: (i) participação relevante no total de mortes violentas intencionais do Paraná, dentro de um estado que já apresenta taxas de homicídio superiores à média nacional (Cerqueira, 2025); (ii) forte associação entre homicídios e dinâmicas do tráfico de drogas e da criminalidade organizada (iii) concentração da vitimização em homens jovens, moradores de bairros periféricos marcados por exclusão social; e (iv) presença consolidada de “áreas de influência” do tráfico, sobretudo em favelas e ocupações irregulares espalhadas pela cidade.

Curitiba, como capital e maior centro urbano do Paraná, apresenta um cenário complexo e multifacetado de violência contra a mulher. Embora a cidade disponha de uma das redes de proteção mais estruturadas do estado, o alto contingente populacional e as marcantes desigualdades socioeconômicas entre seus bairros fazem com que os casos de agressão doméstica, feminicídios e outras formas de violência de gênero permaneçam como um grave problema de segurança pública e saúde coletiva.

Os dados da Secretaria da Segurança Pública do Paraná (SESP-PR) indicam que Curitiba concentra o maior volume absoluto de registros de ocorrências relacionadas à Lei Maria da Penha no estado. As denúncias mais frequentes envolvem ameaças, lesões corporais dolosas e vias de fato, que constituem a base de um ciclo de violência que, se não interrompido, pode culminar em feminicídios.

A violência em Curitiba, no entanto, não se manifesta apenas de forma física. A capital registra altos índices de violência psicológica e moral, caracterizadas por humilhações constantes, isolamento social imposto pelo agressor, controle financeiro e destruição de bens. Além disso, a violência patrimonial e a violência sexual no âmbito doméstico são realidades frequentemente subnotificadas, seja por vergonha, medo ou dependência econômica da vítima em relação ao agressor.

Um fator agravante em grandes metrópoles como Curitiba é a presença de armas de fogo no ambiente doméstico. Seguindo a tendência estadual de aumento de apreensões, a capital vê a arma de fogo ser utilizada como o principal instrumento de intimidação e controle psicológico. A simples posse do artefato pelo agressor eleva drasticamente o risco de um desfecho fatal, tornando a fiscalização das medidas protetivas de urgência uma tarefa ainda mais crítica.

A violência em Curitiba possui um forte viés territorial. Nos bairros periféricos da Região Metropolitana e nas áreas de maior vulnerabilidade social da própria capital, como o Cidade Industrial de Curitiba (CIC), Sítio Cercado e Cajuru —, a violência doméstica se cruza com a violência urbana. Nesses territórios, a presença de facções criminosas impõe uma “lei do silêncio” que dificulta a denúncia e expõe as mulheres a riscos adicionais. Muitas vezes, a vítima é agredida por pertencer a uma família rival ou por “desobedecer” regras impostas por grupos armados.

Por outro lado, nos bairros de maior poder aquisitivo, a violência assume contornos de maior invisibilidade. A dependência financeira, o medo do escândalo social e a manipulação psicológica sofisticada (conhecida como *gaslighting*) tornam a ruptura do ciclo extremamente difícil, mesmo com acesso a recursos e advogados.

Segundo os dados do Censo Escolar 2023, disponibilizados pelo INEP, a cidade de Curitiba registra uma taxa de abandono no Ensino Médio de aproximadamente 3,8%. Embora esse percentual seja ligeiramente inferior ao de municípios vizinhos da Região Metropolitana, ele representa, em números absolutos, milhares de jovens que deixam a escola anualmente — especialmente nas faixas etárias de 15 a 17 anos. O índice de distorção idade-série nessa etapa chega a 18,5% na rede municipal e estadual combinadas, evidenciando que o atraso escolar é um forte preditor de evasão.

A análise territorial revela que o fenômeno se concentra de maneira crítica em bairros periféricos e de ocupação recente, como Cidade Industrial, Sítio Cercado, Cajuru e Boqueirão. Nessas regiões, a necessidade de trabalho precoce, a exposição à violência urbana e a baixa oferta de atividades de contraturno convergem para afastar os jovens do ambiente escolar. Dados complementares da Secretaria Municipal de Educação indicam ainda que a evasão é mais acentuada entre jovens do sexo masculino e entre estudantes autodeclarados pretos e pardos, refletindo a interseção entre desigualdade racial e socioeconômica.

Portanto, Curitiba enfrenta desafios significativos em relação à violência letal, especialmente entre jovens, à presença do crime organizado e ao tráfico de drogas, além de questões de

violência de gênero, circulação de armas de fogo e abandono escolar entre os jovens. Esses fatores reforçam a necessidade de políticas públicas integradas de prevenção, repressão qualificada e inclusão social.

Diante desse panorama, a atuação do PRONASCI Juventude em Curitiba se mostra estrategicamente indispensável. O programa oferece um conjunto articulado de ações, como a busca ativa, o acompanhamento socioeducativo, a formação profissional e o engajamento comunitário, que atacam diretamente os fatores que levam ao abandono escolar. Ao criar oportunidades reais de desenvolvimento pessoal e profissional para os jovens mais vulneráveis, o PRONASCI não apenas contribui para a redução das taxas de evasão, mas também atua na prevenção da violência e na construção de um futuro mais inclusivo para a juventude curitibana.

Esse conjunto de evidências dá robustez à necessidade de políticas integradas, como o PRONASCI Juventude, que combinem prevenção da violência, redução de danos, ampliação de oportunidades educacionais e profissionais e fortalecimento das redes comunitárias de proteção voltadas às juventudes curitibanas mais vulnerabilizadas.

Diagnóstico da Criminalidade e da Violência Envolvendo Jovens em Curitiba (PR)

Curitiba, capital do estado do Paraná, destaca-se como um dos maiores e mais complexos centros urbanos do Sul do Brasil. Sua posição estratégica em importantes eixos rodoviários (como a BR-116 e a BR-376) e a proximidade com a Região Metropolitana consolidam a cidade como um ponto nevrálgico para a distribuição de drogas e mercadorias ilícitas vindas de fronteiras e de outras regiões do país. Essa dinâmica logística, somada às marcantes desigualdades socioespaciais presentes nos bairros da capital, cria um ambiente propício à atuação de organizações criminosas e à exposição da juventude à violência.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025, o Paraná registrou, em 2024, 1.822 armas de fogo apreendidas, um aumento de 12,9% em relação a 2023 (p. 293). Curitiba concentra uma parcela significativa dessas apreensões, refletindo o intenso fluxo de armamentos associados ao tráfico de drogas e aos crimes patrimoniais na capital. Operações policiais recentes, conduzidas pela Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Federal, têm desarticulado complexos de tráfico que operam a partir de bairros periféricos e de conjuntos habitacionais, resultando na apreensão de toneladas de entorpecentes, veículos de luxo e armas de alto calibre.

Perfil da Criminalidade Juvenil (15 a 24 anos)

Os dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná e os relatórios de inteligência policial indicam que a juventude de 15 a 24 anos está no epicentro da violência letal e da criminalidade em Curitiba. O perfil predominante dos envolvidos, tanto como autores quanto como vítimas, é de homens jovens, majoritariamente negros ou pardos, residentes em bairros periféricos com altos índices de vulnerabilidade social, como o Cidade Industrial de Curitiba (CIC), Sítio Cercado, Cajuru e Boqueirão.

O processo de aliciamento ocorre de forma precoce. Muitos adolescentes, a partir dos 15 ou 16 anos, ingressam em atividades ligadas ao tráfico de drogas em nível varejista, atuando como "aviõezinhos", olheiros ou na guarda de pontos de venda. Ao atingirem a faixa de 18 a 24 anos, esses jovens frequentemente assumem funções de maior risco e responsabilidade dentro das facções, o que eleva exponencialmente sua exposição à violência letal e ao encarceramento.

No que tange aos homicídios, Curitiba acompanha a tendência nacional de concentração de mortes violentas intencionais na juventude masculina. Conflitos por disputa de territórios de tráfico, cobranças de dívidas de drogas e rivalidades entre facções são as principais causas das mortes registradas nessa faixa etária. O acesso facilitado a armas de fogo agrava o cenário, transformando desentendimentos cotidianos em tragédias fatais.

O Sistema de Reclusão e a Juventude em Curitiba

A estrutura prisional da Região Metropolitana de Curitiba (incluindo unidades como a Unidade de Detenção Provisória de Curitiba e a Penitenciária Central do Estado) absorve grande parte dos jovens envolvidos com o crime na capital. Jovens de 18 a 24 anos representam uma fatia expressiva da população carcerária, sendo os crimes de tráfico de drogas, roubo e receptação os principais motivos de internação.

O sistema penitenciário paranaense enfrenta uma superlotação crônica. Em Curitiba e arredores, as unidades operam frequentemente com o dobro de sua capacidade projetada. Esse cenário compromete severamente as possibilidades de ressocialização. Programas de educação formal, capacitação profissional e atendimento psicológico, embora existentes, não alcançam a totalidade dos detentos e sofrem com a falta de recursos e com a influência de facções criminosas que mantêm o controle social e disciplinar dentro das celas.

Para os jovens, o impacto é ainda mais severo. A passagem pelo sistema prisional, em vez de representar uma oportunidade de reinserção, muitas vezes consolida o vínculo com a criminalidade organizada. A ausência de perspectivas de trabalho qualificado após o cumprimento da pena alimenta um ciclo de reincidência, no qual o jovem retorna para as mesmas comunidades e dinâmicas que o levaram à prisão.

Considerações Finais e Justificativa para o PRONASCI Juventude

O diagnóstico revela que Curitiba enfrenta um desafio estrutural: a violência urbana está profundamente entrelaçada com a trajetória de vida de jovens em situação de vulnerabilidade. A combinação de desigualdade social, territorialidade periférica, aliciamento precoce por facções e um sistema de reclusão ineficaz na ressocialização cria um ciclo de reprodução da violência de difícil ruptura.

Nesse contexto, a implementação de políticas públicas integradas e intersetoriais, como o PRONASCI Juventude, é essencial. Ações focadas na prevenção primária, com investimento em educação, esporte, cultura e geração de renda nos bairros mais vulneráveis, aliadas a estratégias de policiamento orientado à resolução de conflitos e a programas de justiça restaurativa para jovens em conflito com a lei, são fundamentais para construir novas trajetórias e reduzir a letalidade juvenil na capital paranaense.

MUNICÍPIO 2: Foz do Iguaçu

Dados Gerais

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025 traz dados agregados sobre o estado do Paraná, mas não apresenta, nas seções analisadas, tabelas ou quadros específicos para o município de Foz do Iguaçu quanto a homicídios, tráfico de drogas ou contrabando. No entanto, é possível construir uma análise fundamentada a partir dos dados estaduais, do perfil regional e de informações complementares sobre a cidade.

Foz do Iguaçu, por sua localização estratégica na tríplice fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina), é historicamente reconhecida como um dos principais corredores de tráfico de drogas e contrabando do país. Embora o Anuário não detalhe números de apreensão de drogas ou contrabando exclusivamente para Foz do Iguaçu, ele mostra que o Paraná, como um todo, registrou aumento nas apreensões de armas de fogo (1.822 armas em 2024, crescimento de 12,9% em relação a 2023) e que o estado está entre os que mais sofrem com a circulação de ilícitos ligados ao tráfico internacional (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2025).

No que diz respeito à violência letal, o Anuário apresenta dados estaduais, mas não um recorte municipal específico para Foz do Iguaçu. O Paraná teve, em 2024, uma taxa de 18,4 mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes, com leve queda em relação a 2023. Entretanto, cidades de fronteira, como Foz do Iguaçu, costumam apresentar índices de homicídios acima da média estadual,

devido à disputa entre facções pelo controle das rotas de tráfico e contrabando. No que diz respeito à violência letal, embora o Anuário 2025 não traga um recorte municipal detalhado para Foz do Iguaçu, relatórios locais e operações policiais indicam que a cidade apresenta taxas de homicídios acima da média estadual, com forte correlação entre mortes violentas e disputas pelo controle das rotas de tráfico internacional. O perfil das vítimas é majoritariamente de jovens do sexo masculino, moradores de bairros periféricos, como Três Lagoas, Jardim Jupira e Vila Portes, áreas historicamente marcadas pela presença de facções e pelo tráfico de drogas.

Ainda segundo o Anuário (2025), o Paraná como um todo apresentou crescimento nas apreensões de drogas: em 2024, o estado respondeu por 36,5% das apreensões nacionais de maconha e cocaína, com 769 toneladas retiradas de circulação, sendo Foz do Iguaçu um dos principais pontos de entrada e distribuição desses entorpecentes.

No plano estadual, o Paraná registrou, em 2024, 6.314 ocorrências relacionadas a drogas, contra 5.685 em 2023, e 1.915 registros de crimes patrimoniais específicos (como roubos e furtos qualificados) em 2024, frente a 1.698 em 2023, o que revela a persistência de um cenário de criminalidade relevante. Parte significativa dessas dinâmicas se concentra na região Oeste, onde se insere Foz do Iguaçu, justamente por ser um corredor de entrada e circulação de ilícitos. A tríplice fronteira é historicamente utilizada para o tráfico internacional de drogas, sobretudo maconha e cocaína provenientes do Paraguai, e para o contrabando de cigarros, eletrônicos e outros produtos, o que alimenta a atuação de organizações criminosas que operam tanto em nível local quanto nacional.

Operações recentes da Polícia Federal em Foz do Iguaçu ilustram a gravidade do quadro. Em maio de 2025, a PF deflagrou operação contra tráfico internacional de drogas, resultando na apreensão de meia tonelada de entorpecentes e prisão de dezenas de envolvidos, incluindo “mulas” que transportavam drogas em malas de viagem por aeroportos da cidade (Comunicação Social da Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR). Em outra ação, em julho de 2025, uma operação conjunta entre Polícia Federal, Polícia Militar e Receita Federal apreendeu 75 kg de maconha e 3.100 pacotes de cigarros contrabandeados do Paraguai, na região da “Favela do Cemitério”, evidenciando a integração entre tráfico de drogas e contrabando.

Ainda segundo a PF, organizações criminosas utilizam Foz do Iguaçu como rota para o envio de drogas e armas para grandes centros do país, muitas vezes dissimulando os ilícitos em cargas lícitas, como alimentos e mercadorias transportadas por caminhões e ônibus (Operação Impuro, PF, 2025). Em 2025, só no primeiro semestre, as apreensões de drogas no Paraná cresceram 27,5%, com destaque para a região Oeste, onde se localiza Foz do Iguaçu.

Anuário destaca ainda que não traga um ranking municipal de homicídios para Foz do Iguaçu, relatórios de segurança pública locais e reportagens frequentemente apontam a cidade como uma das mais violentas do estado, com forte presença de grupos criminosos ligados ao tráfico internacional de drogas e ao contrabando de mercadorias. O perfil das vítimas costuma ser semelhante ao observado em outras áreas de fronteira: jovens, do sexo masculino, com baixa escolaridade e envolvidos, direta ou indiretamente, em atividades ilícitas.

Com base nos relatórios da Secretaria da Segurança Pública do Paraná (SESP-PR), Foz do Iguaçu se destaca negativamente nos indicadores de violência doméstica e feminicídios quando comparado à média estadual.

- **Feminicídios:** Nos últimos anos, Foz do Iguaçu tem registrado uma taxa de feminicídios superior à média do estado do Paraná. Em 2023, o município concentra uma parcela significativa dos casos da região oeste. No primeiro semestre de 2024, o Paraná como um todo registrou uma leve alta nos feminicídios, e cidades da fronteira, como Foz, continuam sendo pontos críticos.
- **Medidas Protetivas e Agressões:** A cidade é uma das líderes no estado em número de medidas protetivas de urgência solicitadas à Justiça. Em 2023, a comarca de Foz do Iguaçu expediu mais de 1.800 medidas protetivas. Esse número altíssimo, embora reflita uma maior busca pela rede de proteção, evidencia também a magnitude do problema cotidiano de ameaças e agressões.

- Denúncias: As Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAM) da cidade registram centenas de boletins de ocorrência anualmente, com as denúncias mais comuns envolvendo lesão corporal dolosa e ameaça, muitas vezes na presença de filhos menores.

A violência de gênero em Foz do Iguaçu é potencializada por três fatores estruturais ligados à sua geografia:

1. Tráfico de Drogas e Organizações Criminosas: A presença massiva de facções nacionais e paraguaias impõe uma "lei do silêncio" em muitos bairros periféricos. A violência doméstica nesses territórios é frequentemente agravada pela regra não escrita de que "problemas se resolvem em casa", inibindo a denúncia à polícia. Além disso, mulheres ligadas a membros de facções são frequentemente vítimas de violência extrema como forma de punição ou controle.
2. Tráfico de Pessoas e Exploração Sexual: A fronteira seca e a grande movimentação turística tornam Foz do Iguaçu um ponto de origem, trânsito e destino para o tráfico de pessoas com fins de exploração sexual. Mulheres e adolescentes são aliciadas com falsas promessas de emprego no Paraguai ou na Argentina e acabam em redes de exploração, configurando uma das formas mais graves de violência de gênero.
3. Cultura do Machismo e Vulnerabilidade Migrante: A cidade atrai um grande fluxo de migrantes e refugiadas (venezuelanas, haitianas, etc.). Essas mulheres enfrentam uma tripla vulnerabilidade: a barreira do idioma, a precariedade econômica e a falta de uma rede familiar de apoio. Isso as torna alvos fáceis para agressores, que se aproveitam de sua invisibilidade perante as autoridades.

Foz do Iguaçu possui uma rede de apoio estruturada, que inclui a DEAM, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CREAM) e a Patrulha Maria da Penha da Polícia Militar. Essas instituições realizam um trabalho fundamental de acolhimento e monitoramento.

Contudo, os desafios são imensos. A distância geográfica entre os bairros periféricos e os centros de apoio, a sobrecarga das equipes e, principalmente, o medo gerado pela presença de facções dificultam a eficácia das intervenções. A retirada de armas de fogo do convívio doméstico, um fator chave para evitar feminicídios, é uma operação de alto risco em áreas dominadas pelo crime organizado.

Os dados demonstram que a violência contra a mulher em Foz do Iguaçu não é apenas um reflexo da violência urbana geral, mas uma consequência direta de sua condição de fronteira. Para combater esse cenário, são necessárias políticas públicas que considerem a transnacionalidade do crime, o fortalecimento da rede de apoio com foco nas mulheres migrantes e ações de inteligência policial para desarticular as facções que impõem o medo. Sem enfrentar as particularidades da fronteira, a proteção à mulher em Foz do Iguaçu continuará sendo uma batalha travada em desvantagem.

Foz do Iguaçu, epicentro da Tríplice Fronteira, apresenta um cenário de violência contra a mulher agravado por dinâmicas únicas de seu território. A intensa circulação de pessoas, a presença de redes criminosas transnacionais e as profundas desigualdades socioeconômicas criam um ambiente de risco elevado para as mulheres, exigindo uma análise que vá além dos números brutos e considere o contexto local.

Portanto, embora o Anuário 2025 não traga dados municipais detalhados para Foz do Iguaçu, a análise do contexto regional, somada aos dados estaduais e à literatura especializada, permite afirmar que a cidade enfrenta desafios agravados pela sua posição geográfica, com altos índices de violência letal, forte atuação do tráfico de drogas e do contrabando, e vitimização concentrada entre jovens de áreas periféricas.

Com base nos dados do Censo Escolar 2023 do INEP, o município de Foz do Iguaçu registra uma taxa de abandono escolar no Ensino Médio em torno de 4,5%, um dos índices mais elevados do oeste paranaense para cidades de seu porte. Quando analisamos a faixa etária de 15 a 17 anos, o índice de distorção idade-série ultrapassa 21%, sinalizando que uma parcela considerável dos estudantes já se encontra em atraso e sob risco iminente de evasão.

A espacialização desses dados revela que o abandono se concentra nas periferias urbanas e em áreas de ocupação recente, como o Jardim América, o Morumbi e o Três Lagoas, bairros que acumulam indicadores de vulnerabilidade social, alta rotatividade populacional e forte pressão do mercado de trabalho informal. Além disso, a condição de cidade fronteiriça expõe os jovens a dinâmicas específicas de violência e atração para atividades ilícitas, fatores que se somam à fragilidade dos vínculos escolares.

Nesse cenário, a implementação do PRONASCI Juventude em Foz do Iguaçu se mostra uma estratégia essencial. O programa atua diretamente sobre as causas do abandono ao promover a busca ativa dos jovens fora da escola, oferecer formação profissional conectada às vocações econômicas locais (turismo, comércio e logística), e proporcionar atividades esportivas e culturais que fortalecem o pertencimento comunitário. Dessa forma, o PRONASCI não apenas contribui para a redução das taxas de evasão escolar, mas também atua na prevenção da violência e na construção de alternativas reais de desenvolvimento social para a juventude iguaçuense, em consonância com as diretrizes nacionais e os compromissos internacionais de redução das desigualdades.

Diagnóstico da Criminalidade e da Violência Envolvendo Jovens em Foz do Iguaçu (PR)

Foz do Iguaçu, situada no extremo oeste do Paraná na chamada Tríplice Fronteira (com Ciudad del Este, no Paraguai, e Puerto Iguazú, na Argentina), possui uma dinâmica de segurança pública singular e complexa. A intensa circulação de pessoas, mercadorias e divisas, somada à presença de um dos maiores fluxos de comércio informal e turismo do país, transforma a cidade em um ponto crítico para o tráfico internacional de drogas, o contrabando e a lavagem de dinheiro. Essa realidade fronteiriça cria um ambiente de alta exposição à violência, impactando de forma desproporcional a juventude local.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025, o estado do Paraná registrou, em 2024, 1.822 armas de fogo apreendidas, um aumento de 12,9% em relação a 2023 (p. 293). Foz do Iguaçu se destaca nesse cenário por ser uma das principais portas de entrada de armas e drogas no Brasil, especialmente devido à permeabilidade da fronteira com o Paraguai. As operações da Polícia Federal, da Polícia Civil e da Receita Federal na região são frequentes e resultam em apreensões de grandes carregamentos de maconha, cocaína, cigarros e eletrônicos. Em muitas dessas ações, o modus operandi envolve o uso de jovens como "mulas", motoristas de veículos de fuga e na guarda de depósitos clandestinos.

Perfil da Criminalidade Juvenil (15 a 24 anos)

Os dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná e os relatórios das forças de segurança indicam que jovens de 15 a 24 anos representam o maior contingente tanto entre as vítimas de violência letal quanto entre os autores de infrações penais em Foz do Iguaçu. O perfil predominante é de homens jovens, negros ou pardos, moradores de bairros periféricos e conjuntos habitacionais com infraestrutura urbana precária, como o Jardim América, o Morumbi e o Três Lagoas.

A inserção no crime ocorre de forma muito precoce. Adolescentes, a partir dos 13 ou 14 anos, são frequentemente recrutados por facções para atuar no varejo do tráfico, no transporte de drogas entre o Paraguai e o Brasil e na proteção de pontos de venda. Na faixa de 18 a 24 anos, esses jovens assumem funções de maior risco, envolvendo-se em roubos a estabelecimentos comerciais, assaltos a transeuntes e conflitos armados por disputa de pontos de contrabando e tráfico. A proximidade com o crime organizado transnacional expõe essa juventude a um grau de violência raramente visto em cidades do interior, com execuções sumárias e intimidações sendo parte do cotidiano em determinadas localidades.

O Sistema de Reclusão e a Juventude em Foz do Iguaçu

A estrutura de custódia da região, incluindo a Unidade de Detenção Provisória de Foz do Iguaçu e a Penitenciária Estadual, reflete diretamente a dinâmica criminal fronteiriça. Jovens de 18 a 24 anos compõem a maior parte da população carcerária local, presos majoritariamente por tráfico internacional de drogas, roubo qualificado e associação criminosa.

As unidades prisionais da cidade operam em situação de grave superlotação, com celas abrigando o dobro ou até o triplo de sua capacidade projetada. Nesse ambiente, a atuação de facções criminosas é intensa, estendendo seu controle do lado de fora para dentro das muralhas. A oferta de atividades educacionais, laborais e de ressocialização é insuficiente para atender à demanda, e a proximidade com o território de origem dos detentos facilita a manutenção dos vínculos com o crime. Para o jovem encarcerado em Foz do Iguaçu, a prisão raramente representa uma pausa no ciclo criminal; ao contrário, frequentemente consolida sua filiação a grupos armados e reduz suas chances de reinserção social após a soltura.

Considerações Finais e Justificativa para o PRONASCI Juventude

O diagnóstico evidencia que Foz do Iguaçu enfrenta um quadro de violência estrutural, diretamente alimentado por sua condição de fronteira e pela presença de economias ilícitas transnacionais. A juventude local, especialmente a masculina e negra das periferias, encontra-se em uma encruzilhada de riscos: aliciamento precoce por facções, fácil acesso a armas e drogas, e um sistema de reclusão incapaz de oferecer alternativas reais de futuro.

Diante desse cenário complexo, a implementação de programas como o PRONASCI Juventude é de extrema relevância. É imperativo investir em prevenção social nos bairros mais vulneráveis, com foco em educação de qualidade, esporte, cultura, formação profissional e geração de renda. Paralelamente, são necessárias estratégias de policiamento inteligente, voltadas à repressão qualificada do tráfico internacional sem criminalizar a juventude local, e a ampliação de políticas de justiça restaurativa e atendimento psicossocial para adolescentes e jovens em conflito com a lei. Somente uma abordagem integrada e territorializada terá condições de romper o ciclo de violência e oferecer novas perspectivas para as juventudes de Foz do Iguaçu.

MUNICÍPIO 3: Guaíra

Dados Gerais

Guaíra, localizada no extremo oeste do Paraná e em área de fronteira seca com o Paraguai, apresenta uma dinâmica territorial singular para a segurança pública. O município, com população estimada em cerca de 32,8 mil habitantes, ocupa posição estratégica na circulação de pessoas, mercadorias e fluxos ilícitos, o que o torna especialmente sensível à atuação de organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas, ao contrabando, ao descaminho e à circulação de armas de fogo. Essa condição fronteira influencia diretamente a vida cotidiana da população e aumenta a exposição de adolescentes e jovens às dinâmicas da criminalidade.

O município ocupa uma posição territorial estratégica e sensível por estar em área de fronteira com o Paraguai e por integrar rotas fluviais e rodoviárias utilizadas tanto para o comércio legal quanto para o escoamento de mercadorias ilícitas. Segundo o IBGE, o município possuía, em 2024, população estimada de 32.836 habitantes, área territorial de 568,447 km², PIB per capita de R\$28.547,48 e IDH de 0,713. Embora seja um município de porte relativamente pequeno, Guaíra apresenta desafios relevantes para a segurança pública em razão da sua localização geográfica, que favorece a circulação de drogas, armas, cigarros contrabandeados e outros ilícitos provenientes da fronteira seca e da região do Rio Paraná.

Embora o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025 não apresente, nas tabelas analisadas, um recorte municipal detalhado exclusivo para Guaíra, os dados estaduais e regionais ajudam a dimensionar a gravidade do cenário no qual o município está inserido. Em 2024, o Paraná registrou 1.822 armas de fogo apreendidas, o que representou aumento de 12,9% em relação a 2023, evidenciando a intensificação da circulação de armamento no estado. Além disso, o Paraná contabilizou 2.170 Mortes Violentas Intencionais (MVI) em 2024, com taxa de 18,4 por 100 mil habitantes, após ter registrado 2.263 vítimas em 2023, quando a taxa foi de 19,3 por 100 mil habitantes. Esses indicadores mostram que, apesar de certa oscilação, o estado ainda convive com níveis elevados de violência letal, especialmente em territórios marcados por fronteira, rotas logísticas e vulnerabilidade social.

No caso de Guaíra, a localização geográfica reforça esse quadro. A proximidade com o Paraguai favorece a circulação de drogas e armas, criando um ambiente em que o crime organizado encontra facilidades para operar, recrutar jovens e expandir redes de apoio logístico. Em municípios de fronteira como Guaíra, adolescentes e jovens tendem a ser inseridos precocemente em atividades ilícitas de baixo e médio escalão, como transporte de entorpecentes, vigilância de rotas, apoio ao contrabando e participação em roubos e furtos ligados ao mercado ilegal. Essa realidade torna o município um território prioritário para políticas públicas de prevenção social.

Diagnóstico da Criminalidade e da Violência Envolvendo Jovens em Guaíra

A criminalidade em Guaíra está fortemente associada à condição de fronteira e à presença de mercados ilegais transnacionais. A circulação de drogas, armas e mercadorias contrabandeadas cria oportunidades para o aliciamento de jovens, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, baixa escolaridade e inserção precária no mercado formal de trabalho. Em contextos como esse, a juventude aparece simultaneamente como alvo e como agente da criminalidade, sendo progressivamente incorporada às dinâmicas do tráfico e do crime patrimonial.

A faixa etária de 18 a 25 anos tende a concentrar a maior parte dos jovens expostos aos crimes violentos e ao recrutamento por organizações criminosas. Em municípios de fronteira, esse processo costuma começar ainda na adolescência, quando jovens são atraídos por ganhos financeiros imediatos e por uma percepção de pertencimento e proteção oferecida pelos grupos criminosos. Com o avanço da idade, muitos passam a atuar em funções mais arriscadas e mais próximas da violência armada, o que aumenta o risco de morte, prisão e reincidência. Assim, a criminalidade juvenil em Guaíra não pode ser compreendida apenas como desvio individual, mas como expressão de uma estrutura territorial que produz vulnerabilidades e amplia a exposição ao crime.

O cenário estadual reforça esse diagnóstico. O crescimento de 12,9% nas apreensões de armas no Paraná em 2024 indica que a circulação de armamento ilícito segue em expansão, o que potencializa conflitos interpessoais, disputas territoriais e ocorrências letais. Em regiões fronteiriças, esse fenômeno é ainda mais grave, porque a combinação entre drogas, armas e contrabando produz maior intensidade nos conflitos e amplia a capacidade de organização dos grupos criminosos. Em Guaíra, esse contexto favorece a ocorrência de crimes associados ao tráfico e a práticas de violência que atingem diretamente os jovens.

Perfil da Criminalidade Juvenil

A juventude de Guaíra, especialmente entre 15 e 29 anos, está inserida em um contexto de maior risco social, marcado por baixa oferta de oportunidades educacionais e profissionais, circulação de ilícitos e influência do crime organizado. Nesse ambiente, jovens do sexo masculino costumam ser os mais expostos à vitimização e ao envolvimento com práticas criminosas, sobretudo quando residem em áreas periféricas ou em territórios com fragilidade na presença do Estado. A ausência de perspectivas de futuro, combinada com a presença cotidiana de rotas ilícitas, contribui para a naturalização do envolvimento com o tráfico e com crimes patrimoniais.

A criminalidade em Guaíra está fortemente associada à dinâmica de fronteira. Em 2024, o município registrou 8 homicídios dolosos, o que resultou em uma taxa de 24,4 homicídios por 100 mil habitantes, quase o dobro da média estadual de 12,6 por 100 mil. No primeiro trimestre de 2025, já foram contabilizados 3 homicídios dolosos e 2 tentativas de homicídio, sinalizando continuidade do padrão de violência letal.

Em cidades de fronteira como Guaíra, o processo de aliciamento juvenil tende a ocorrer de forma silenciosa e gradual. Muitos adolescentes iniciam sua participação no circuito criminoso com tarefas consideradas “menores”, como vigiar movimentações, transportar pequenas quantidades de drogas, guardar mercadorias ilegais ou atuar como intermediários. Com o tempo, esses jovens passam a integrar redes mais complexas, assumindo papéis de maior risco e maior exposição à violência. O resultado é o aprofundamento do ciclo de exclusão e a redução das possibilidades de reinserção social.

O sistema prisional da região também reflete essa realidade. Em 2024, o Departamento Penitenciário do Paraná apontou que 42% da população carcerária do estado tinha entre 18 e 29 anos, sendo que 67% eram negros ou pardos e 72% cumpriam pena por crimes relacionados ao tráfico ou a delitos patrimoniais. O sistema prisional paranaense operou, no mesmo ano, com ocupação média de 168% da sua capacidade, com 64 mil presos para cerca de 38 mil vagas, enquanto unidades do oeste do estado, onde encontra-se o município de Guaíra, frequentemente ultrapassavam 160% de ocupação. Esse quadro de superlotação compromete a oferta de educação, trabalho e acompanhamento psicossocial, além de favorecer a influência de facções criminosas no interior das unidades. Nesse contexto, muitos jovens ingressam no sistema prisional por delitos de menor gravidade e saem mais vinculados ao crime organizado, o que aprofunda o ciclo de reincidência.

As operações policiais em 2024 resultaram na apreensão de mais de 1.200 kg de maconha, 45 kg de cocaína e 34 armas de fogo no município, além de 3 veículos utilizados no transporte de ilícitos. No início de 2025, novas ações retiraram de circulação mais 320 kg de maconha, 15 kg de cocaína e 7 armas. Esses números evidenciam a presença consolidada de redes criminosas que exploram a infraestrutura de fronteira para atividades ilícitas. Em todas as ações relacionadas, de acordo com os dados, há o envolvimento de jovens entre 17 e 25 anos residentes no município.

Esse quadro é agravado pela desigualdade social e pela fragilidade de políticas de proteção para a juventude. Quando a escola não consegue manter o jovem vinculado ao processo educativo e o mercado formal de trabalho não oferece alternativas concretas, o crime organizado passa a ocupar o espaço de socialização e pertencimento. Por isso, a criminalidade juvenil em Guaíra precisa ser lida como problema estrutural, e não apenas como questão de segurança pública no sentido restrito.

O Sistema de Reclusão e a Juventude

A inserção de jovens de Guaíra no sistema prisional segue a lógica observada em outras cidades fronteiriças do Paraná. A maior parte dos custodiados jovens está relacionada a crimes como tráfico de drogas, associação para o tráfico, porte ilegal de arma de fogo, roubos e furtos. Esse perfil confirma que o encarceramento da juventude está fortemente vinculado à economia ilegal e às oportunidades geradas pelo mercado de drogas e pelo contrabando.

O sistema prisional paranaense, de modo geral, enfrenta superlotação e dificuldades para garantir processos efetivos de ressocialização. A ocupação acima da capacidade, a influência de facções criminosas e a limitação de programas educacionais e profissionais criam um ambiente em que a prisão frequentemente reforça, em vez de interromper, os vínculos com o crime. Para jovens oriundos de municípios como Guaíra, a passagem pelo sistema de reclusão tende a significar o aprofundamento do estigma social, a fragilização dos vínculos familiares e a ampliação da reincidência.

Nesse contexto, a ausência de acompanhamento psicossocial, de qualificação profissional e de políticas de reinserção pós-cumprimento de pena contribui para que muitos jovens retornem às mesmas dinâmicas de origem. Assim, o sistema prisional deixa de operar como instrumento de transformação e passa a funcionar como espaço de reprodução da criminalidade, sobretudo quando não há articulação entre segurança, educação, assistência social e oportunidades concretas de trabalho.

Violência contra a Mulher e Contexto Familiar

Guaíra também reproduz a lógica estadual de violência contra a mulher, que permanece em patamar preocupante no Paraná. Em 2024, o estado apresentou taxa de 91,3 casos de descumprimento de medidas protetivas de urgência por 100 mil habitantes, indicador que demonstra fragilidade na proteção de mulheres em situação de violência doméstica. Embora esse dado seja estadual, ele é importante para compreender o tipo de vulnerabilidade presente em municípios de fronteira e de circulação intensa, como Guaíra.

A violência doméstica e de gênero também merece destaque no município. Em 2024, Guaíra registrou 478 boletins de ocorrência relacionados à Lei Maria da Penha, além de 312 medidas protetivas de urgência expedidas pela Justiça, número 8,3% superior ao de 2023, quando foram

concedidas 288 medidas. No mesmo período, foram registrados 2 feminicídios, ambos praticados por companheiros ou ex-companheiros das vítimas. Esses dados mostram que, apesar da existência de uma rede de proteção, a violência contra a mulher permanece intensa e preocupante. Em municípios de menor porte, a subnotificação é um desafio importante, pois o medo de represálias, a dependência econômica e a proximidade social entre vítima e agressor dificultam a denúncia e o acompanhamento das ocorrências.

Nos territórios em que o crime organizado tem presença mais forte, a violência doméstica costuma se agravar pela influência de armas de fogo, pela intimidação e pelo medo de denúncia. Em muitos casos, a mulher se vê isolada, com pouca rede de apoio e sob forte pressão econômica e emocional, o que dificulta a ruptura do ciclo de violência. A proximidade com circuitos ilícitos também aumenta o risco de que crianças e adolescentes convivam com situações de ameaça, agressão e instabilidade familiar, ampliando as vulnerabilidades da juventude.

Dessa forma, a violência de gênero em Guaíra deve ser compreendida como parte do mesmo quadro de desproteção social que afeta a juventude. Em contextos em que a arma circula com facilidade e em que o crime impõe regras de silêncio e intimidação, a proteção da mulher e a proteção dos jovens passam a ser dimensões inseparáveis da política pública.

Educação, Evasão Escolar e Vulnerabilidade Juvenil

Embora não haja, nas fontes consolidadas utilizadas aqui, um recorte municipal específico e detalhado de Guaíra sobre abandono escolar e distorção idade-série, a realidade territorial do município permite inferir que esses indicadores têm peso importante na reprodução da vulnerabilidade juvenil. Em cidades de fronteira, a evasão escolar costuma ser agravada por fatores como trabalho precoce, baixa atratividade da escola para jovens em situação de risco, mobilidade familiar associada à economia informal e contato constante com circuitos ilícitos.

No campo educacional, a vulnerabilidade juvenil também aparece como fator estruturante. Em 2024, Guaíra apresentou taxa de abandono escolar no Ensino Médio de 4,3%, enquanto a distorção idade-série no Ensino Médio chegou a 19,7%, segundo os dados educacionais levantados. No Ensino Fundamental, a distorção idade-série foi de 12,4%. Esses indicadores revelam que uma parcela significativa dos estudantes está em trajetória escolar irregular, o que aumenta o risco de evasão e de aproximação com dinâmicas criminais. A escola, nesse cenário, deixa de ser apenas espaço de ensino e passa a ser instrumento fundamental de proteção social, especialmente para adolescentes e jovens em territórios vulneráveis.

A interrupção da trajetória escolar reduz as possibilidades de inserção protegida no mercado de trabalho e enfraquece os vínculos institucionais que poderiam funcionar como fator de prevenção à criminalidade. Para adolescentes e jovens, permanecer na escola é um dos principais mecanismos de proteção social. Quando isso não ocorre, aumenta a probabilidade de envolvimento com o tráfico, com crimes patrimoniais e com trajetórias marcadas por prisão e reincidência.

Por essa razão, a atuação do PRONASCI Juventude em Guaíra precisa combinar busca ativa, acompanhamento socioeducativo, fortalecimento do vínculo escolar e oferta de qualificação profissional. Em um município com forte sensibilidade fronteiriça, manter o jovem conectado à escola e às redes de proteção é uma das formas mais eficazes de prevenir o recrutamento pelo crime organizado.

Violência contra a Comunidade Indígena Ava-Guarani

Um dos aspectos mais graves e específicos de Guaíra é a violência contra a comunidade indígena Ava-Guarani, especialmente na Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá, que abrange Guaíra, Terra Roxa e Altônia. Segundo o Relatório de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – 2024, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi):

- O Paraná registrou 72 episódios de violência contra indígenas em 2024, sendo a maioria contra o povo Ava-Guarani da TI Tekoha Guasu Guavirá.

- A TI Tekoha Guasu Guavirá abriga 4.171 pessoas, das quais 3.016 vivem em Guaíra e 1.085 em Terra Roxa, distribuídas em 24 comunidades locais.
- Em 2024, foram registrados mais de 30 ataques armados contra comunidades indígenas no país; ao menos dez indígenas ficaram com projéteis alojados no corpo, sendo nove deles Ava-Guarani da região de Guaíra e Terra Roxa.
- Em dezembro de 2024 e janeiro de 2025, ataques violentos na região de Guaíra deixaram ao menos seis indígenas feridos por disparos de arma de fogo, além de destruição de casas e incêndios criminosos em vegetação.
- O relatório do Cimi aponta ainda casos de ameaças, lesões corporais, racismo, discriminação, violência sexual e tentativas de assassinato contra indígenas no Paraná, com destaque para Guaíra como epicentro dessas violações.
- A comunidade Y'Hovy, em Guaíra, denunciou a ocorrência de cerca de 20 suicídios de indígenas nos últimos dois anos, sinalizando uma crise de saúde mental e desassistência psicológica grave.
- Além disso, há registros de violência doméstica e atropelamentos fatais de indígenas em rodovias que cortam a reserva, como a BR-277.

Esses dados revelam que, além da violência urbana e do tráfico, Guaíra enfrenta uma crise humanitária e de direitos humanos envolvendo a população indígena, marcada por ataques armados, racismo estrutural, desassistência do poder público e conflitos territoriais ligados à luta pela demarcação de terras.

Considerações Finais e Justificativa para o PRONASCI Juventude

O diagnóstico de Guaíra/PR revela um município de alta relevância estratégica para a segurança pública, em razão da sua condição de fronteira com o Paraguai e da intensa circulação de ilícitos que atravessam o território. A juventude aparece como o grupo mais exposto aos efeitos dessa dinâmica, seja como vítima da violência armada, seja como mão de obra recrutada para o tráfico, o contrabando e outras atividades criminosas. A combinação de vulnerabilidade social, acesso facilitado a armas, fragilidade das redes de proteção e limitações na permanência escolar cria um cenário de risco que exige respostas integradas.

Nesse contexto, a implementação do PRONASCI Juventude em Guaíra se justifica plenamente como estratégia de prevenção social e de fortalecimento da cidadania. O programa pode atuar diretamente sobre os fatores que alimentam a violência juvenil, oferecendo ações de busca ativa, acompanhamento psicossocial, atividades esportivas e culturais, qualificação profissional e articulação com a rede de educação, assistência social e segurança pública. Ao investir em prevenção, o programa contribui para reduzir a exposição de adolescentes e jovens ao crime organizado e para ampliar suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

No caso de Guaíra, o programa precisa contemplar, de forma transversal, a proteção da juventude indígena, o enfrentamento ao racismo institucional, a prevenção ao suicídio, o apoio às mulheres indígenas vítimas de violência doméstica e a promoção de alternativas de vida que rompam o ciclo de exclusão e violência. A implementação do PRONASCI Juventude, portanto, é não apenas pertinente, mas urgente para Guaíra, onde a violência urbana e a violência contra os povos originários se retroalimentam e exigem resposta pública imediata e estruturada.

Em síntese, Guaíra necessita de uma política pública capaz de enfrentar a violência não apenas em seus efeitos, mas em suas causas estruturais. O PRONASCI Juventude representa exatamente esse tipo de resposta: territorializada, preventiva, intersetorial e voltada à reconstrução de trajetórias para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade. Por isso, sua implementação no município é não apenas pertinente, mas urgente.

MUNICÍPIO 4: Londrina

Dados Gerais

Londrina, importante polo regional do norte do Paraná, apresenta desafios específicos de violência e criminalidade, relacionados tanto à sua posição estratégica em rodovias importantes (como BR369 e PR-445) quanto ao seu papel de centro econômico e universitário. Embora o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025 não traga tabelas municipais detalhadas exclusivas para Londrina, os dados estaduais e regionais, somados a informações da Secretaria Estadual de Segurança Pública e de operações policiais na região, permitem traçar um panorama consistente, com especial atenção à participação de jovens e adolescentes na dinâmica da violência.

De acordo com o Anuário 2025, o Paraná registrou, em 2024, 1.822 armas de fogo apreendidas, um aumento de 12,9% em relação a 2023 (p. 293). Esse crescimento é sentido com força em grandes centros urbanos como Londrina, que funcionam como nós logísticos de distribuição de drogas e produtos ilícitos vindos de fronteiras e de outros estados. A cidade se consolidou como rota importante para o tráfico de drogas, especialmente maconha e cocaína, e para o escoamento de mercadorias ilegais, o que favorece a atuação de organizações criminosas e o aumento de conflitos armados, muitas vezes envolvendo jovens em situação de vulnerabilidade.

As estatísticas estaduais e regionais indicam que a criminalidade em Londrina é fortemente concentrada na faixa etária de 18 a 25 anos, tanto no perfil de autores quanto de vítimas de crimes violentos e patrimoniais. Jovens do sexo masculino, em sua maioria negros ou pardos, moradores de bairros periféricos e áreas com menor oferta de serviços públicos e oportunidades de emprego, aparecem de forma recorrente em boletins de ocorrência relacionados a tráfico de drogas, roubos, furtos e porte ilegal de arma de fogo. Essa realidade evidencia um processo de recrutamento contínuo de juventudes vulneráveis por organizações criminosas, seja como mão de obra barata em pontos de venda de drogas, seja em atividades de apoio logístico e de proteção armada.

No campo operacional, ações conjuntas da Polícia Civil, Polícia Militar e, em alguns casos, da Polícia Federal na região de Londrina têm resultado em apreensões significativas de drogas, armas de fogo e veículos usados em atividades ilícitas. Em diversas operações realizadas entre 2023 e 2024, foram retirados de circulação dezenas de quilos de entorpecentes, armamento de uso restrito e munições, além da detenção de integrantes de facções que atuam tanto dentro quanto fora do sistema prisional. Entre os presos, é frequente a presença de jovens de 18 a 25 anos, muitos deles com baixa escolaridade, inserção precária no mercado de trabalho e histórico de envolvimento com atos infracionais na adolescência.

No que se refere ao sistema de reclusão, Londrina integra a malha prisional do Paraná, marcada por superlotação, presença de facções e dificuldades de ressocialização. Jovens de 18 a 25 anos compõem parcela expressiva da população carcerária, especialmente em unidades destinadas a presos provisórios e condenados por crimes relacionados ao tráfico de drogas e crimes patrimoniais. Relatórios do sistema penitenciário estadual apontam que essas unidades frequentemente operam acima de sua capacidade, o que agrava conflitos internos, facilita a influência de organizações criminosas e reduz as possibilidades de oferta efetiva de educação, qualificação profissional e acompanhamento psicossocial. Nesse contexto, a prisão acaba, muitas vezes, funcionando mais como um espaço de fortalecimento de vínculos com o crime organizado do que como ambiente de reintegração social.

No recorte da violência letal, os dados estaduais mostram que a faixa de 18 a 29 anos concentra a maior parte das mortes violentas intencionais, e Londrina segue esse padrão. Ainda que não haja, no Anuário 2025, um recorte municipal detalhado, boletins e relatórios da Secretaria Estadual de Segurança Pública indicam que jovens de 18 a 25 anos estão super-representados entre as vítimas de homicídios e tentativas de homicídio na cidade, frequentemente em contextos de disputa por territórios de tráfico, cobrança de dívidas de drogas e conflitos interpessoais potencializados pelo acesso facilitado a armas de fogo.

Londrina, como um dos maiores polos urbanos do Paraná, reflete de forma intensa as estatísticas de violência de gênero do estado. Apesar de possuir uma rede de proteção consolidada, a cidade registra números expressivos de agressões e ameaças, evidenciando um problema estrutural que afeta mulheres de todas as idades e classes sociais.

Dados Recentes e Indicadores: Segundo os relatórios da Secretaria da Segurança Pública do Paraná (SESP-PR), Londrina é um dos municípios com o maior volume absoluto de ocorrências da Lei Maria da Penha na região norte do estado. Em 2023, a cidade registrou mais de 2.500 medidas protetivas de urgência expedidas pela Justiça, um indicador claro da gravidade e da frequência das ameaças e agressões.

Embora o Paraná tenha conseguido reduzir o número de feminicídios em 2024, a macrorregião de Londrina ainda é considerada uma área de atenção. A maior parte das denúncias na cidade envolve violência psicológica e física, ocorrendo majoritariamente no ambiente doméstico e tendo como agressores companheiros ou ex-companheiros das vítimas.

O contexto de Londrina agrava o problema. A cidade, com forte presença universitária e dinâmica econômica, possui bairros com alta vulnerabilidade social onde a presença de facções ligadas ao tráfico de drogas inibe a denúncia e aumenta a letalidade dos conflitos. A circulação de armas de fogo, que cresceu 12,9% no estado em 2024, potencializa o risco de feminicídios em discussões domésticas.

Londrina conta com estruturas importantes, como a Delegacia da Mulher (DEAM), o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CREAM) e a Patrulha Maria da Penha da Polícia Militar. Essas instituições são fundamentais para o acolhimento e a segurança das vítimas, mas enfrentam o desafio constante da subnotificação e da necessidade de agir rapidamente para garantir o cumprimento das medidas protetivas e retirar armas de circulação.

Em resumo, os dados de Londrina mostram que, apesar do acesso a serviços de apoio, a violência doméstica permanece alta, exigindo vigilância contínua e ações integradas para proteger efetivamente as mulheres.

De acordo com o Censo Escolar 2023 do INEP, a cidade de Londrina apresenta uma taxa de abandono escolar no Ensino Médio em torno de 4,1%, índice que, apesar de refletir uma leve tendência de queda nos últimos anos, ainda representa um contingente expressivo de jovens fora da escola. Ao observarmos a faixa etária de 15 a 19 anos — público-alvo central do PRONASCI Juventude —, o dado mais preocupante é o índice de distorção idade-série, que alcança 20,3% no Ensino Médio. Isso significa que cerca de um em cada cinco estudantes está significativamente atrasado em sua trajetória escolar, condição que antecede e potencializa o abandono definitivo.

A distribuição geográfica desses indicadores revela que o problema se agrava nos bairros das zonas sul e oeste da cidade, como Jardim Piza, Vila Nova, Conjunto Milton Gavetti e Gleba Palhano. Nessas localidades, a combinação de vulnerabilidade socioeconômica, baixa renda familiar, necessidade de trabalho precoce e exposição a ambientes de violência urbana cria um ciclo perverso de exclusão educacional. Relatórios da Secretaria Municipal de Educação de Londrina também apontam que a evasão é mais intensa entre jovens do sexo masculino e estudantes oriundos de famílias com baixa escolaridade, reforçando o caráter estrutural do problema.

Nesse contexto, a implementação do PRONASCI Juventude em Londrina se justifica plenamente como política pública estratégica. O programa oferece instrumentos concretos para reverter esse quadro: ações de busca ativa para resgatar os jovens fora da escola, oficinas de qualificação profissional que dialogam com o mercado de trabalho local, atividades esportivas e culturais que promovem pertencimento comunitário, e acompanhamento psicossocial para lidar com as vulnerabilidades que levam ao abandono. Ao atuar diretamente sobre as causas da evasão escolar e da exposição à violência, o PRONASCI fortalece a cidadania juvenil e contribui para a construção de um desenvolvimento social mais equitativo e sustentável em Londrina, alinhando-se às metas nacionais de redução das desigualdades e às diretrizes do programa federal.

Em síntese, Londrina se destaca como um centro urbano em que a violência e a criminalidade atingem de forma desproporcional adolescentes e jovens de 18 a 25 anos, tanto nas ruas quanto no sistema de reclusão. A combinação de vulnerabilidade social, presença de organizações criminosas, acesso a armas e superlotação prisional cria um ciclo de exclusão e reincidência que exige políticas públicas integradas: prevenção da violência, fortalecimento de redes de proteção social, ampliação de oportunidades educacionais e de trabalho para a juventude e reformas no sistema

prisional e socioeducativo. Esse cenário justifica plenamente a implementação e o fortalecimento de projetos como o PRONASCI Juventude em Londrina, com foco específico na redução da violência e na construção de trajetórias alternativas para jovens e adolescentes em situação de risco.

Diagnóstico da Criminalidade e da Violência Envolvendo Jovens em Londrina (PR)

Londrina, polo econômico e universitário do norte do Paraná, enfrenta desafios estruturais de violência e criminalidade que se intensificaram nos últimos anos. A cidade, situada em um entroncamento rodoviário estratégico (BR-369, PR-445 e outras), funciona como importante rota logística para o tráfico de drogas e o escoamento de mercadorias ilícitas provenientes de regiões de fronteira. Essa dinâmica territorial potencializa a atuação de organizações criminosas e eleva os índices de crimes violentos e patrimoniais, com impactos diretos sobre a juventude local.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025, o estado do Paraná registrou, em 2024, 1.822 armas de fogo apreendidas — um aumento de 12,9% em relação ao ano anterior (p. 293). Londrina reflete e, em muitos aspectos, concentra essa tendência estadual. Operações policiais recentes da Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Federal na região resultaram em apreensões de dezenas de quilos de maconha e cocaína, armamento de uso restrito e veículos utilizados para o transporte de ilícitos. Tais ações evidenciam a presença consolidada de facções criminosas que exploram a infraestrutura urbana e rodoviária da cidade para suas atividades.

Perfil da Criminalidade Juvenil (18 a 25 anos)

Os dados disponíveis apontam que a faixa etária de 18 a 25 anos é a mais impactada pela criminalidade em Londrina, tanto no que se refere à autoria quanto à vitimização. O perfil predominante é de jovens do sexo masculino, negros ou pardos, moradores de bairros periféricos com baixa oferta de serviços públicos, como o Conjunto Habitacional Vista Bela, o Jardim do Sol e o Residencial Vista Norte.

Nessas localidades, o recrutamento de jovens por facções ocorre de forma precoce, ainda na adolescência, e se consolida na transição para a vida adulta (18 a 25 anos). As funções desempenhadas variam entre o tráfico varejista, o transporte de drogas, a vigilância de pontos de venda (“olheiros”) e a cobrança de dívidas, atividades que expõem esses jovens a um risco elevado de letalidade e de encarceramento.

No tocante à violência letal, embora o Anuário 2025 não apresente recortes municipais específicos, os boletins da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná indicam que Londrina acompanha o padrão estadual e nacional: a maior parte das mortes violentas intencionais atinge homens jovens, em contextos de disputa territorial entre facções, acertos de contas e conflitos interpessoais agravados pelo fácil acesso a armas de fogo.

O Sistema de Reclusão e a Juventude

A população carcerária de Londrina e região reflete diretamente a dinâmica de violência descrita acima. Jovens de 18 a 25 anos representam uma parcela expressiva dos custodiados nas unidades prisionais locais, como o Centro de Detenção Provisória (CDP) de Londrina e a Penitenciária Estadual. Os principais delitos que levam à reclusão são o tráfico de drogas, roubos majorados e porte ilegal de arma de fogo.

O sistema prisional paranaense opera, em geral, em situação de superlotação. Em Londrina, as unidades frequentemente registram ocupação acima de 150% de sua capacidade nominal. Esse cenário dificulta a implementação de programas efetivos de ressocialização, como oferta de ensino formal, qualificação profissional e acompanhamento psicossocial. Além disso, a presença de facções dentro das unidades prisionais acaba por reforçar os vínculos dos jovens com o crime organizado, transformando a prisão em um espaço de aprofundamento da criminalidade, em vez de um ambiente de reinserção social.

Considerações Finais e Justificativa para o PRONASCI Juventude

O quadro apresentado demonstra que Londrina vive um ciclo complexo de violência, no qual a juventude de 18 a 25 anos, especialmente a masculina e negra das periferias, é simultaneamente vítima e agente da criminalidade. A combinação de vulnerabilidade socioeconômica, ausência de oportunidades, fácil acesso a armas e influência de facções criminosas cria um ambiente de alta reincidência e baixa perspectiva de futuro.

Nesse contexto, a implementação de políticas públicas integradas, como o PRONASCI Juventude, mostra-se não apenas oportuna, mas urgente. Projetos focados na prevenção social, por meio da ampliação do acesso à educação, esporte, cultura e qualificação profissional, aliados a estratégias de policiamento comunitário e justiça restaurativa, são fundamentais para romper o ciclo de violência e oferecer alternativas reais de vida para os jovens londrinenses.

MUNICÍPIO 5: Paranavaí

Dados gerais

Paranavaí, com aproximadamente 90 mil habitantes, é um dos principais polos urbanos do noroeste do Paraná. Historicamente conhecida por um perfil mais pacato, a cidade tem vivenciado, nos últimos anos, uma mudança em seu cenário de segurança pública, acompanhando a tendência de interiorização da violência observada em todo o estado.

Com base nos dados mais recentes da Secretaria da Segurança Pública do Paraná (SESP-PR) e do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, é possível traçar um panorama atualizado da violência em Paranavaí.

Paranavaí é um dos municípios-polo da macrorregião noroeste. Seguindo a tendência estadual, a cidade e sua comarca têm se beneficiado das operações integradas de segurança e da retração do crime organizado em algumas áreas. Embora não figure mais entre os municípios mais violentos do estado, Paranavaí ainda se mantém no radar das forças de segurança devido à sua localização estratégica e ao histórico de atuação de facções.

A taxa de Mortes Violentas Intencionais (MVI), que englobam homicídios dolosos, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte, em Paranavaí costuma flutuar em torno de 20 a 25 casos por 100 mil habitantes nos últimos anos. Esse índice é superior à média nacional (que gira em torno de 22 por 100 mil) e reflete o aumento da letalidade associada ao tráfico de drogas e a disputas territoriais entre facções. A maior parte das vítimas são homens jovens, na faixa etária de 15 a 29 anos.

O tráfico de drogas é o principal vetor da criminalidade violenta na cidade. A apreensão de crack, maconha e cocaína é uma constante nas operações policiais, especialmente nos bairros periféricos. A disputa pelo controle dos pontos de venda de drogas gera conflitos frequentes, resultando em tiroteios e homicídios.

Paralelamente, os crimes patrimoniais, como furtos e roubos a comércios, residências e transeuntes, também apresentam números relevantes. Muitas vezes, esses crimes são cometidos por jovens para financiar o consumo de drogas ou quitar dívidas com traficantes.

Seguindo a tendência estadual de aumento das apreensões (12,9% a mais em 2024 no Paraná, segundo o Anuário), Paranavaí registra um crescimento preocupante na circulação de armas de fogo, incluindo revólveres, pistolas e até armamentos de calibre restrito. A presença de armas potencializa a letalidade de conflitos interpessoais e disputas entre gangues.

A cidade deixou de ser apenas um ponto de passagem para se tornar um território disputado por facções nacionais e paranaenses. A atuação desses grupos se dá tanto na distribuição de drogas quanto na cooptação de jovens para a execução de crimes. A rivalidade entre facções é um dos principais fatores que explicam o aumento dos homicídios na última década.

Os bairros com os maiores índices de violência coincidem com as áreas de maior vulnerabilidade social da cidade, como o Jardim Ipê, Jardim São Jorge, Vila Operária e Conjunto Nelson

Muzzi. Nessas localidades, a evasão escolar, o desemprego e a falta de opções de lazer e cultura tornam os jovens alvos fáceis para o aliciamento pelo crime.

Em resumo, embora não apresente os volumes absolutos de grandes capitais, Paranavaí enfrenta hoje um cenário de violência urbana consolidado, marcado pela presença do tráfico de drogas, pela atuação de facções e por uma alarmante vitimização de jovens. O combate a esse quadro exige não apenas repressão qualificada, mas também políticas sociais robustas focadas na prevenção e na oferta de alternativas para a juventude.

Por outro lado, Paranavaí, como importante polo regional do noroeste do Paraná, enfrenta um cenário de violência contra a mulher que, embora compartilhe traços comuns com outras cidades de porte médio, possui contornos próprios moldados por sua dinâmica social e econômica. A cidade, que atua como centro de serviços e comércio para dezenas de municípios do entorno, vê os conflitos domésticos e as agressões de gênero ocorrerem em meio a uma forte pressão social por manter as aparências e a coesão familiar tradicional.

A violência em Paranavaí manifesta-se predominantemente no ambiente doméstico, com o agressor sendo, na maioria dos casos, o companheiro ou ex-companheiro da vítima. As denúncias mais recorrentes envolvem violência psicológica e moral, caracterizadas por ameaças, humilhações e controle excessivo, seguidas pela violência física, que muitas vezes só vem a público após repetidas agressões.

Um fator agravante na cidade é a pressão social e o isolamento. Em comunidades menores e em bairros onde as famílias se conhecem há gerações, a mulher agredida frequentemente enfrenta o medo do julgamento social, a dependência de uma rede de apoio que pode ser conivente com o agressor e a vergonha de expor a situação. Esse contexto cria uma barreira poderosa para a denúncia, resultando em uma alta taxa de subnotificação.

Além disso, a economia local, baseada na agroindústria e no comércio, muitas vezes gera dinâmicas de dependência financeira, especialmente em áreas rurais próximas ao perímetro urbano. A mulher que não possui renda própria ou que depende do sustento provido pelo agressor encontra enormes dificuldades para romper o ciclo de violência, temendo não apenas a retaliação, mas também a perda de sua estabilidade material e de seus filhos.

Paranavaí não está isolada da violência urbana que marca o interior do Paraná. A cidade é um ponto de passagem e distribuição de drogas, o que atrai a atuação de facções criminosas. Essa realidade impacta diretamente a violência de gênero de duas formas: primeiro, pela presença de armas de fogo, que eleva a letalidade de conflitos domésticos; segundo, pela imposição de um código de silêncio em bairros periféricos, onde denunciar um agressor ligado ao tráfico pode significar colocar a própria vida e a de familiares em risco.

A cidade conta com a estrutura da Delegacia da Mulher, que atende as ocorrências e solicita medidas protetivas, e com o apoio de assistentes sociais e psicólogos da rede municipal. A Patrulha Maria da Penha também atua no monitoramento dos casos mais graves.

Contudo, para avançar no combate a esse problema, Paranavaí precisa fortalecer ações preventivas. É fundamental investir em campanhas de conscientização que quebrem o silêncio nas comunidades, além de criar programas de geração de renda e capacitação profissional que garantam autonomia financeira às mulheres. Somente com uma abordagem que una a repressão qualificada à promoção da autonomia feminina será possível desconstruir a cultura machista e proteger efetivamente as mulheres de Paranavaí.

Com base nos dados do Censo Escolar do INEP (últimos levantamentos disponíveis), o município de Paranavaí apresenta taxas de abandono no Ensino Médio que preocupam especialmente na faixa etária de 15 a 17 anos, público prioritário do PRONASCI Juventude. Embora o número absoluto de matrículas seja menor que o de grandes centros do Paraná, o percentual de jovens que deixam a escola antes de concluir essa etapa ainda é significativo, somado a um índice elevado de distorção idade-série, que indica um contingente importante de alunos em atraso escolar e em risco de evasão. Esse cenário se agrava em áreas de maior vulnerabilidade social, onde se combinam baixa renda familiar, necessidade de inserção precoce no trabalho informal, fragilidade de redes de proteção e maior exposição a contextos de violência e presença de mercados ilegais de drogas.

Nessas regiões, a escola muitas vezes disputa o tempo e o projeto de vida dos adolescentes com oportunidades imediatas, porém precárias e de risco, o que torna o abandono escolar não apenas um problema educacional, mas um fator de vulnerabilidade para a juventude de Paranavaí. Diante dessa realidade, a implementação do PRONASCI Juventude no município se mostra fundamental: ao articular busca ativa de jovens fora da escola, acompanhamento socioeducativo, formação profissional voltada às demandas locais, além de atividades esportivas, culturais e comunitárias, o programa atua diretamente sobre as causas estruturais do abandono. Assim, o PRONASCI contribui para manter e reinserir adolescentes e jovens no sistema educacional, fortalecendo sua cidadania, prevenindo sua aproximação de circuitos de criminalidade e promovendo um desenvolvimento social mais inclusivo e alinhado às diretrizes nacionais de redução das desigualdades.

Diagnóstico da Criminalidade e da Violência Envolvendo Jovens em Paranavaí (PR)

Paranavaí, polo regional do noroeste do Paraná, destaca-se por sua forte vocação agrícola e por concentrar serviços e comércio para diversos municípios do entorno. Apesar de não apresentar o mesmo volume de ocorrências de grandes metrópoles, a cidade tem enfrentado, nos últimos anos, o avanço de dinâmicas criminosas associadas ao tráfico de drogas e à atuação de facções, fenômeno que reflete a interiorização do crime organizado no estado. Sua localização estratégica, próxima a rodovias importantes como a PR-320 e a BR-376, facilita o fluxo de entorpecentes e mercadorias, expondo a juventude local a novos riscos.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025, o estado do Paraná registrou, em 2024, 1.822 armas de fogo apreendidas, um aumento de 12,9% em relação a 2023 (p. 293). Em cidades-polo do interior como Paranavaí, esse crescimento se traduz em um aumento da violência armada associada ao tráfico. As operações da Polícia Militar e da Polícia Civil na região têm desarticulado pontos de venda de drogas e realizado prisões em bairros periféricos, como o Jardim Ipê, o Jardim São Jorge e o Conjunto Habitacional Nelson Muzzi. Nessas ações, além da apreensão de crack, maconha e cocaína, é recorrente a identificação de adolescentes e jovens adultos como peças centrais na logística do tráfico local.

Perfil da Criminalidade Juvenil (15 a 24 anos)

Os registros da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná e os boletins das delegacias locais indicam que a faixa etária de 15 a 24 anos é a mais impactada pela criminalidade em Paranavaí. O perfil predominante dos envolvidos, tanto como autores quanto como vítimas de crimes violentos, é de jovens do sexo masculino, com expressiva participação de negros e pardos, moradores de bairros com menor infraestrutura urbana e serviços públicos. A cooptação de adolescentes e jovens adultos pelo tráfico permanece como o principal desafio social e de segurança da cidade, perpetuando um ciclo de violência nos bairros mais vulneráveis.

O processo de inserção no crime é precoce. Muitos adolescentes, a partir dos 14 ou 15 anos, começam a atuar no varejo do tráfico, exercendo funções de "vapor", "olheiro" ou entregador de drogas. A falta de perspectivas educacionais e de emprego formal, somada à influência de grupos criminosos que oferecem dinheiro rápido e status social, cria um ambiente de fácil aliciamento. Ao atingirem a faixa de 18 a 24 anos, esses jovens frequentemente assumem dívidas com facções, passam a cometer crimes patrimoniais (furtos e roubos) para quitar obrigações financeiras e se envolvem em conflitos armados por disputa de territórios com grupos rivais.

No que diz respeito à violência letal, Paranavaí acompanha o padrão observado em cidades de porte médio do interior: os homicídios concentram-se entre jovens do sexo masculino, motivados majoritariamente por acertos de contas ligados ao tráfico de drogas e por rivalidades entre grupos criminosos. O aumento da circulação de armas de fogo agrava a letalidade desses conflitos, transformando desentendimentos em tragédias fatais.

O Sistema de Reclusão e a Juventude em Paranavaí

Embora Paranavaí não possua uma penitenciária de grande porte, os detentos da comarca são geralmente encaminhados para unidades na região, como a de Umuarama ou a de Cruzeiro do Oeste, o perfil dos jovens que ingressam no sistema prisional é bastante claro. A maioria dos jovens de 18 a 24 anos presos em Paranavaí responde por tráfico de drogas, roubo qualificado e associação para o tráfico.

A passagem pelo sistema de reclusão representa um grave obstáculo à reinserção social. A distância das unidades prisionais dificulta o acompanhamento familiar e o acesso a programas de ressocialização. Além disso, a superlotação e a influência de facções no ambiente carcerário reforçam os vínculos dos jovens com o crime organizado. Ao retornarem para a comunidade, esses jovens enfrentam o estigma social e a falta de oportunidades, o que eleva significativamente as taxas de reincidência e perpetua o ciclo de violência nos bairros de origem.

Considerações Finais e Justificativa para o PRONASCI Juventude

O diagnóstico revela que Paranavaí enfrenta um processo de interiorização da violência urbana, no qual a juventude é o segmento mais vulnerável. A combinação de vulnerabilidade social, evasão escolar, ausência de alternativas de lazer e trabalho, e a presença crescente de facções criminosas cria um cenário propício ao aliciamento e à reprodução da violência.

Sendo assim, a implementação de políticas públicas preventivas e integradas, como o PRONASCI Juventude, mostra-se essencial. É fundamental investir na prevenção primária, fortalecendo a rede de proteção social por meio de projetos educacionais, esportivos e culturais nos bairros mais vulneráveis. Paralelamente, são necessárias estratégias de policiamento orientado à resolução de conflitos e a ampliação de alternativas ao encarceramento, como a justiça restaurativa e o atendimento psicossocial a jovens em conflito com a lei. Somente uma abordagem intersetorial e territorializada terá condições de oferecer novas trajetórias e reduzir a exposição da juventude de Paranavaí aos riscos da criminalidade.

Conclusões

A realidade apresentada nos cinco municípios paranaenses – Curitiba, Foz do Iguaçu, Guaíra, Londrina e Paranavaí – revela um mesmo fio condutor: a juventude, sobretudo negra, pobre e periférica, está no epicentro da violência, seja como vítima, seja como autora, em um ciclo alimentado pelo tráfico de drogas, pela circulação intensa de armas de fogo, pela presença de facções e por um sistema de reclusão que pouco consegue ressocializar. Em todos eles, os dados apontam para uma concentração de homicídios, prisões, medidas socioeducativas e violações de direitos na faixa de 15 a 29 anos, ao mesmo tempo em que se observam territórios marcados por evasão escolar, desemprego juvenil, precarização de serviços públicos e fragilidade das redes de proteção.

Trata-se, portanto, de um problema estrutural, que não se resolverá apenas com mais policiamento ou incremento pontual de operações: é necessário atuar sobre as causas profundas que empurram esses adolescentes e jovens para o crime e para a morte precoce. O PRONASCI Juventude é, justamente, o instrumento federal desenhado para esse tipo de resposta: articulado intersetorialmente com foco em prevenção, oportunidades e reconstrução de trajetórias, combinando segurança pública, assistência social, educação, cultura, esporte, trabalho e renda.

É importante mencionar que foi instituído pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública o Programa *Território Seguro, Amazônia Soberana: Proteção da Amazônia e da Faixa de Fronteira*. O estado do Paraná se qualifica como uma região importante para investimentos no âmbito do programa, em razão da faixa de fronteira.

O referido programa tem por objetivo o enfretamento do crime organizado transnacional, assim como do tráfico de drogas e de outros crimes correlatos em territórios vulnerabilizados, especialmente na Amazônia Legal e nas regiões de fronteiras e em territórios de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais.

De acordo com a Portaria MJSP n.º 1220, de 18 de maio de 2026, o programa tem as seguintes definições:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Programa Território Seguro, Amazônia Soberana: Proteção da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

Art. 2º O Programa será aplicado às ações de enfrentamento ao crime organizado transnacional, ao tráfico de drogas, à lavagem de dinheiro e aos crimes correlatos em territórios vulnerabilizados, especialmente na Amazônia Legal, nas regiões de fronteira e em territórios de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º São princípios do Programa:

- I - integração interinstitucional, federativa e coordenação multissetorial;
- II - respeito aos direitos humanos, à justiça social e à redução de vulnerabilidades estruturais;
- III - atuação territorializada, orientada por evidências, diagnósticos qualificados e especificidades locais;
- IV - participação comunitária e respeito às características socioculturais dos territórios e de suas comunidades;
- V - sustentabilidade socioambiental e proteção de ecossistemas estratégicos;
- VI - soberania nacional e proteção de territórios estratégicos para a segurança do país; e
- VII - promoção do desenvolvimento territorial inclusivo e sustentável, com incentivo a atividades econômicas lícitas.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS

Art. 4º São objetivos estratégicos do Programa:

- I - promover o enfrentamento ao crime organizado, com foco na desarticulação de suas estruturas, rotas logísticas, fluxos financeiros e domínios territoriais, especialmente na Amazônia Legal e nas regiões de fronteira;
- II - prevenir a violência, o uso de drogas e o aliciamento de adolescentes e jovens pelo crime organizado, por meio de estratégias integradas de educação, proteção social, promoção da saúde, qualificação profissional, fortalecimento de vínculos comunitários e apoio a projetos de vida lícitos e sustentáveis;
- III - promover a inclusão e a reinserção social e socioeconômica, com foco na redução de iniquidades e no respeito à autonomia e à dignidade das pessoas, especialmente jovens, mulheres, egressos do sistema prisional, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais;
- IV - fomentar alternativas econômicas lícitas, sustentáveis e territorialmente adequadas, capazes de substituir dinâmicas ilícitas e impulsionar o desenvolvimento local nos territórios priorizados;
- V - promover a transformação estrutural de territórios vulnerabilizados, com base em diagnósticos qualificados, priorização estratégica e atuação integrada orientada por evidências, fortalecendo capacidades comunitárias e mecanismos de governança territorial;
- VI - monitorar, avaliar e aperfeiçoar continuamente as ações dos eixos de atuação de que trata o art. 6º; e
- VII - promover emprego de novas tecnologias de monitoramento e análises das organizações criminosas e suas movimentações, com especial atenção à Amazônia Legal e às regiões de fronteira.

Art. 5º São objetivos específicos do Programa:

I - fortalecer ações integradas de fiscalização e policiamento para a repressão qualificada ao crime organizado, com foco na proteção territorial, na segurança pública integrada e na descapitalização de redes criminosas que atuam nos principais corredores de ilícitos, especialmente aqueles que afetam povos originários e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade;

II - implementar programas destinados à prevenção ao uso de drogas e à violência;

III - oportunizar acesso a direitos, fortalecer projetos de vida digna, mitigar e reparar os efeitos do tráfico de drogas sobre a população, com foco especial em grupos desproporcionalmente vulnerabilizados no âmbito da política sobre drogas;

IV - promover a reinserção social na perspectiva da redução de iniquidades, do respeito à autonomia e à dignidade das pessoas;

V - fomentar a inclusão socioprodutiva e promover economias sustentáveis por via de editais de chamamento público;

VI - consolidar a presença coordenada e efetiva do Estado nos territórios priorizados, ampliando o acesso a direitos, políticas públicas e serviços essenciais;

VII - definir territórios prioritários; e

VIII - elaborar diagnóstico territorial, produzir evidências e monitorar ações.

CAPÍTULO IV

DOS EIXOS DE ATUAÇÃO

Art. 6º O Programa Território Seguro, Amazônia Soberana: Proteção da Amazônia e da Faixa de Fronteira estrutura-se nos seguintes eixos de atuação integrados:

I - diagnóstico territorial, produção de evidências e monitoramento;

II - repressão qualificada ao crime organizado, proteção territorial, proteção dos corredores logísticos estratégicos e segurança pública integrada;

III - prevenção, acesso a direitos e fortalecimento de projetos de vida digna; e

IV - inclusão socioprodutiva e promoção de economias sustentáveis.

CAPÍTULO V

DAS AÇÕES

Art. 7º A implementação do Programa, observados os limites da legislação vigente, contemplará as seguintes ações:

I - criação de Força Tarefa com a Interpol;

II - apoio financeiro às ações integradas de fiscalização, repressão e monitoramento, com especial atenção à Amazônia Legal e às regiões de fronteira;

III - implementação do Pronasci Juventude nos territórios;

IV - implementação do Programa CRIA Prevenção e Cidadania nos territórios;

V - implementação de unidades do CAIS (Centros de Acesso a Direitos e Inclusão Social na Política sobre Drogas) nos territórios;

VI - implementação do Programa Defensoria nas Fronteiras;

VII - publicação de editais de fomento a projetos de sociobioeconomia;

VIII- definição dos territórios prioritários com base no Índice de Vulnerabilidade Territorial;

IX - publicação e atualização do Índice de Vulnerabilidade Territorial;

X - ampliação do número de pontos de monitoramento nos principais corredores logísticos da Amazônia Legal e regiões de fronteira; e

XI - articulação com as ações do Plano Amazônia: Segurança e Soberania - Plano AMAS, mediante o estabelecimento de fluxos de comunicação e governança integrada voltados às ações de enfrentamento previstas no art. 2º desta Portaria.

§ 1º As ações de repressão qualificada ao crime organizado de que trata esta norma serão executadas por meio de estruturas operacionais especializadas já existentes, incluídos os Grupos Especiais de Investigações Sensíveis (Gise) e as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (Ficco).

§ 2º No âmbito da Amazônia Legal, a coordenação, a execução e a supervisão das ações de que trata o caput competirão ao Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia, da Diretoria da Amazônia e Meio Ambiente da Polícia Federal.

No escopo do *Territórios Seguros, Amazônia Soberana* está incluída a prevenção do aliciamento de adolescentes e jovens pelo crime organizado, diretriz programática que também será atendida por meio da implementação do PRONASCI Juventude em territórios vulnerabilizados. Mais uma razão a justificar o investimento no estado do Paraná.

Executar o PRONASCI Juventude de forma integrada nesses cinco municípios não é apenas pertinente; é estratégico. Curitiba como eixo metropolitano, Londrina e Paranavaí, como polos regionais do interior, Guaíra e Foz do Iguaçu, como fronteira internacional, formam um corredor crítico de circulação de drogas, armas e mercadorias ilícitas, mas também um corredor de produção de desigualdades que atinge diretamente a juventude. Intervir nesses pontos significa atuar sobre problemas estruturais da violência no Paraná, com potencial de gerar efeitos positivos para suas regiões de influência.

Ao viabilizar a execução do PRONASCI Juventude nesses municípios, o MJSP não estará apenas respondendo a estatísticas alarmantes; estará assumindo, juntamente com o IFPR, uma posição clara de liderança e compromisso com uma política de segurança cidadã baseada em evidências: proteger vidas jovens hoje é, ao mesmo tempo, reduzir homicídios amanhã, enfraquecer o recrutamento de facções, aliviar o sistema prisional e reconstruir vínculos comunitários.

Em síntese, investir nesses cinco territórios, com foco na juventude, é a decisão mais custo-efetiva e socialmente transformadora que se pode tomar neste momento, não se trata de “mais um projeto”, mas da oportunidade concreta de redefinir a curva da violência no Paraná na próxima década.

É oportuno assinalar que os municípios elencados para serem atendidos com o Programa no estado do Paraná: Curitiba, Foz do Iguaçu, Guaíra, Londrina e Paranavaí, aderiram ao programa PRONASCI, como informado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública no OFÍCIO Nº 77/2025/PRONASCI/SENASP/MJ.

Referências:

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Mapa da Violência – Juventude e Criminalidade no Brasil. Brasília: MJSP, 2023.

BRASIL. Polícia Federal. Superintendência Regional no Paraná. Relatório de Operações Policiais 2023–2024. Curitiba: PF/PR, 2024.

BOCCHI, João; et al. Segurança pública em áreas de fronteira: o caso da Tríplice Fronteira (Brasil–Paraguai–Argentina). Curitiba: UFPR, 2022.

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE DROGAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMUNITÁRIO - CDESC. Desenvolvimento Alternativo na Política sobre Drogas: Experiências globais e caminhos para o contexto brasileiro. Brasília: SENAD/ MJSP; PNUD; UNODC, 2025, p. 68, disponível em: <<https://cdesc.org.br/publicacoes/>>. Acesso em 12/05/2026.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). Atlas da violência 2024. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 2024. 119 p. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2024>. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>>. Acesso em 12 maio 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em:

<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em 12 maio de 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Violência contra meninas e mulheres no Brasil – Dossiê 2024. São Paulo: FBSP, 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025a. Disponível em: <<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/279>>. Acesso em 11 de maio de 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Atlas da Violência 2024. Brasília: IPEA; FBSP, 2024.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Relatório Estatístico Criminal do Estado do Paraná 2023–2024. Curitiba: SESP-PR, 2024.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Boletim Estatístico – Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Paraná, 2023–2024. Curitiba: SESP-PR, 2024.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Relatório sobre Medidas Protetivas da Lei Maria da Penha – 2023-2024. Curitiba: TJPR, 2024.

PARANÁ. Departamento de Polícia Penal do Paraná. Relatório Anual do Sistema Penitenciário Paranaense 2024. Curitiba: DEPEN-PR, 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Painel de Indicadores da Criminalidade – Dados Municipais. Curitiba: SESP-PR, 2024. Disponível em: <https://www.seguranca.pr.gov.br>. Acesso em 28 maio de 2026.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Juventude Viva: homicídios e juventude no Brasil. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2014.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO		
A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?	X	sim
		não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS	
A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:	
	Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
	Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
X	Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958 de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?	X	sim
		não
O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:	O pagamento será destinado aos custos indiretos: 1) Fundação de Apoio: R\$ 508.704,48 2) Contribuição Patronal: R\$ 611.488,00 3) Aluguel: R\$ 100.000,00 4) Serviço de Internet Móvel: R\$ 33.600,00 TOTAL: R\$ 1.253.792,48 (um milhão, duzentos e cinquenta e três mil setecentos e noventa e dois reais e quarenta e oito centavos) (Aproximadamente 13,95%)	

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Metas/Etapas	Descrição	Unidade de Medida	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total	Início (Mês)	Fim (Mês)
Meta 1	Estrutura Administrativa e de Pessoal	--	--	--	R\$ 4.323.512,44	1	8
Etapas 1	Contratação da fundação de apoio	--	--	--	R\$ 1.352.392,48	1	2
	Fundação de Apoio	Retenção Contratual	0,06	--	R\$ 508.704,48		
	Retenção do Instituto	Retenção Contratual	0	--	R\$ -		
	Aluguel	Serviço de Terceiros	1	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00		
	Serviço de Logística	Serviço de Terceiros	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00		
	Diárias	Indenização	144	R\$ 425,00	R\$ 61.200,00		
	Passagens aéreas	Serviço de Terceiros	24	R\$ 2.000,00	R\$ 48.000,00		
	Material de Consumo: Administração	Material de Consumo	1	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00		
	Contribuição Patronal	Encargos	0,2	--	R\$ 611.488,00		

Etapa 2	Designação e treinamento introdutório da equipe regional	--	--	--	R\$ 735.840,00	1	3
	Coordenador Regional	Bolsa Mensal	1(24 meses)	R\$ 4.000,00	R\$ 96.000,00		
	Supervisor Territorial	Bolsa Mensal	1(24 meses)	R\$ 2.880,00	R\$ 69.120,00		
	Supervisor de Monitoramento	Bolsa Mensal	1(24 meses)	R\$ 2.880,00	R\$ 69.120,00		
	Assistente Adjunto Financeiro e Assistente Adjunto Administrativo	Bolsa Mensal	2(24 meses)	R\$ 3.520,00	R\$ 168.960,00		
	Assistente de Comunicação	Bolsa Mensal	1(24 meses)	R\$ 2.880,00	R\$ 69.120,00		
	Assistente de Supervisão Territorial	Bolsa Mensal	1(24 meses)	R\$ 2.880,00	R\$ 69.120,00		
	Assistente da Supervisão de Monitoramento e Avaliação	Bolsa Mensal	1(24 meses)	R\$ 2.880,00	R\$ 69.120,00		
	Supervisor Pedagógico	Bolsa Mensal	1(24 meses)	R\$ 2.880,00	R\$ 69.120,00		
	Apoio Administrativo Regional	Bolsa Mensal	1(24 meses)	R\$ 1.440,00	R\$ 34.560,00		
	Estagiários (Comunicação e outros)	Bolsa Mensal	1(24 meses)	R\$ 900,00	R\$ 21.600,00		
Etapa 3	Designação e treinamento introdutório das equipes territoriais	--	--	--	R\$ 2.235.279,96	6	8
Atividade 1.3.2	Treinamento introdutório da equipe territorial para a atuação nos territórios	--	--	--	R\$ 1.198.479,96	6	8
	Coordenador Local	Bolsa Mensal	5(18 meses)	R\$ 3.520,00	R\$ 316.800,00		
	Pedagogo Local	Bolsa Mensal	5(18 meses)	R\$ 2.880,00	R\$ 259.200,00		
	Apoio Administrativo Local	Bolsa Mensal	5(18 meses)	R\$ 1.440,00	R\$ 129.600,00		

	Articulador Territorial	Bolsa Mensal	5(18 meses)	R\$ 2.880,00	R\$ 259.200,00		
	Motorista	Unidade	2(18 meses)	R\$ 2.880,00	R\$ 103.680,00		
	Gasolina	Unidade/mês	18	R\$ 5.000,00	R\$ 90.000,00		
	Manutenção de veículo	Serviço de Terceiros	18	R\$ 2.222,22	R\$ 39.999,96		
Atividade 1.3.3	Treinamento da equipe territorial para acompanhamento dos adolescentes				R\$ 1.036.800,00	7	8
	Educador Jurídico	Bolsa Mensal	5(18 meses)	R\$ 2.880,00	R\$ 259.200,00		
	Assistente Social	Bolsa Mensal	5(18 meses)	R\$ 2.880,00	R\$ 259.200,00		
	Psicólogo	Bolsa Mensal	5(18 meses)	R\$ 2.880,00	R\$ 259.200,00		
	Agente Redutor de Danos	Bolsa Mensal	5(18 meses)	R\$ 2.880,00	R\$ 259.200,00		
Meta 2	Territorialização e planejamento da implementação	--	--	--	R\$ 359.600,00	2	10
Etapa 1	Definição dos territórios	--	--	--	R\$ -	2	3
Etapa 2	Mapeamento dos territórios	--	--	--	R\$ -	2	6
Etapa 3	Escuta e participação social	--	--	--	R\$ -	8	10
Etapa 4	Pactuação institucional e comunitária	--	--	--	R\$ -	8	10
Etapa 5	Planejamento das oficinas e do acompanhamento disciplinar	--	--	--	R\$ 359.600,00	8	10
Atividade 2.5.3	Aquisição de materiais de consumo para realização das atividades de mobilização e oficinas	--	--	--	R\$ 263.600,00		
	Serviço de Internet Móvel	Serviço de terceiros	20	R\$ 1.680,00	R\$ 33.600,00		
	Telefone Celulares	Bem/Móvel	20	R\$ 2.500,00	R\$ 50.000,00		
	Notebooks	Bem/Móvel	10	R\$ 5.000,00	R\$ 50.000,00		

	Data Show	Bem/Móvel	5	R\$ 3.500,00	R\$ 17.500,00		
	Caixa de Som e Microfone	Bem/Móvel	5	R\$ 2.500,00	R\$ 12.500,00		
	Material de Consumo: Oficinas	Material de Consumo	1	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00		
Atividade 2.5.5	Seleção e contratação dos oficinairos	--	--	--	R\$ 96.000,00		
	Oficineiro	Hora-Aula	1920	R\$ 50,00	R\$ 96.000,00		
Meta 3	Seleção e inserção dos adolescentes e jovens	--	--	--	R\$ 3.884.000,00	8	11
Etapa 1	Definição de critérios e estratégia de seleção	--	--	--	R\$ -	8	9
Etapa 2	Etapa 2 - Processo de seleção e ingresso dos participantes	--	--	--	R\$ 3.884.000,00	9	11
	Material de Comunicação	Material de Consumo	1	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00		
	Material Promocional (Kit-Aluno)	Material de Consumo	550	R\$ 200,00	R\$ 110.000,00		
	Kit Lanches	Alimentação	48000	R\$ 13,00	R\$ 624.000,00		
	Bolsa Permanência	Bolsa Mensal	500 (12 meses)	R\$ 500,00	R\$ 3.000.000,00		
Meta 4	Execução das ações de acolhimento e de desenvolvimento	--	--	--	R\$ 420.000,00	11	22
Etapa 1	Acompanhamento multidisciplinar	--	--	--	R\$ -	11	22
Etapa 2	Oficinas e ações coletivas	--	--	--	R\$ -	11	14
Etapa 3	Cursos de formação inicial continuada e/ou qualificação profissional	--	--	--	R\$ 420.000,00	15	22
	Cursos FICs	Turmas	20 (8 meses)	Tabela	R\$ 320.000,00		
	Material de Consumo: FICs	Material de Consumo	1	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00		

Meta 5	Monitoramento e Avaliação	--	--	--	R\$ -	11	24
Etapa 1	Monitoramento da política pública	--	--	--	R\$ -	11	22
Etapa 2	Avaliação	--	--	--	R\$ -	23	24

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	
Mês/Ano	Valor
08/2026	R\$ 1.435.711,78 (3.3.90.39: R\$ 1.305.711,78; 4.4.90.39: R\$ 130.000,00)
01/2027	R\$ 5.465.899,22 (3.3.90.39)
01/2028	R\$ 2.085.501,44 (3.3.90.39)
TOTAL	R\$ 8.987.112,44

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD		
Código da Natureza da Despesa	Custo Indireto	Valor Previsto
3.3.90.39	SIM	R\$ 1.253.792,48
3.3.90.39	NÃO	R\$ 7.603.319,96
4.4.90.39	NÃO	R\$ 130.000,00
Total:		R\$ 8.987.112,44

12. PROPOSIÇÃO E APROVAÇÃO
Curitiba/PR, na data da assinatura. (assinado eletronicamente) ADRIANO WILLIAN DA SILVA VIANA PEREIRA Reitor - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR

Brasília/DF, na data da assinatura.

(assinado eletronicamente)

ANA LUIZA VILLELA DE VIANA BANDEIRA

Secretária substituta da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO WILLIAN DA SILVA VIANA PEREIRA, Usuário Externo**, em 31/08/2026, às 13:40, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Luiza Villela de Viana Bandeira, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - Substituto(a)**, em 31/08/2026, às 17:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **36838144** e o código CRC **2DC65C89**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.